



Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas

Bruxelas, Outubro de 2008, N.º 39

É necessária acção imediata para proteger pessoas, empregos, habitações e meios de subsistência

Os mais pobres de entre os pobres do mundo merecem receber apoio imediato para os ajudar a resistir à crise financeira mundial, disseram o Secretário-Geral e os altos funcionários presentes numa reunião do Conselho de Chefes Executivos (CCE), que reúne os chefes de vários organismos e entidades do sistema das Nações Unidas, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), advertindo que progressos recentes, conseguidos com tanta dificuldade, se poderiam

perder, a não ser que sejam compreendidas acções concertadas.



"A crise a que estamos a assistir hoje irá ter repercussões em todos os países, quer desenvolvidos quer em vias de desenvolvimento, mas as suas consequências mais graves far-se-ão sentir principalmente entre as pessoas que são menos responsáveis – os pobres dos países em desenvolvimento", dizem, numa declaração conjunta emitida após uma sessão especial do CCE dedicada ao impacto da crise no trabalho das Nações Unidas.

"São necessárias acções imediatas para proteger as pessoas, os empregos, as habitações e os meios de subsistência", diz a declaração, sublinhando que a gravidade da crise financeira não deve desviar a atenção dos dirigentes e dos decisores políticos da necessidade de enfrentar outros desafios, tais como as alterações climáticas e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

[Para mais informações](#)

Editorial - Afsane Bassir-Pour, Directora

Novo recorde... Pessoas do mundo inteiro levantaram-se contra a pobreza... Mais de 116 milhões



Desejo a todos, um pouco tardiamente, um feliz Dia das Nações Unidas.

Em Outubro, tivemos o evento "Levanta-te contra a Pobreza" e batemos o nosso anterior recorde do Guinness Book. De 17 a 19 de Outubro, mais de 116 milhões de pessoas – quase 2% da população mundial – mobilizaram-se para participar em eventos realizados em 131 países, no âmbito da campanha "Levanta-te e Actua". A mobilização, reconhecida pelo Guinness como tendo batido o recorde mundial da maior mobilização de massas em prol de um único tema, envia uma mensagem clara aos dirigentes mundiais: os cidadãos não permanecerão passivos enquanto as promessas de acabar com a pobreza não forem cumpridas. Pelo menos mais 5 milhões de pessoas – muitas delas em África e na América Latina - "levantaram-se" em eventos que não foram declarados antes de terminar o prazo do Guinness. Na Bélgica, a percentagem aumentou consideravelmente quando 69 715 pessoas se levantaram em estádios de futebol. Em Portugal, país que voltou a ser aquele que percentualmente mais gente mobilizou em toda a Europa, o número dos que aderiram à campanha em 2008 subiu para 93 707.

Boas notícias, sem dúvida.

Passemos agora a outras notícias. O ano está a chegar ao fim, e o mesmo acontece à primeira campanha de informação pública europeia promovida pelo UNRIC – "Conheça os seus direitos". Já estamos a planejar activamente a nossa próxima campanha, para a qual já temos um tema e um nome. O tema é o ambiente e a campanha vai chamar-se "CoolPlanet2009". A ideia subjacente a esta campanha é a mesma do que a da campanha "Conheça os seus direitos", nomeadamente, criar um fórum em que os cidadãos, governos e instituições europeus e todos os sectores da sociedade civil possam partilhar ideias e iniciativas em prol do ambiente. No cerne da campanha, baseada na Internet, estará mais uma vez o nosso "Painel de Eventos", um local para a troca de ideias, e onde desejamos que todos apresentem os seus planos e iniciativas e, evidentemente, vejam o que outras pessoas estão a fazer.

A campanha europeia do UNRIC insere-se na campanha global abrangendo todo o sistema da ONU intitulado "UNite Against Climate Change" ("Unidos contra as Alterações Climáticas"). Esperamos lançar a campanha "CoolPlanet2009" em princípios de 2009.

(continua na página 3)

Dia das Nações Unidas : ONU celebrou 63. aniversário da sua fundação



A comunidade internacional celebrou, a 24 de Outubro, o Dia das Nações Unidas, promovendo conferências, concertos, provas desportivas e exposições que tiveram lugar em todo o planeta.

Em Nova Iorque, o violoncelista e Mensageiro da Paz Yo-Yo Ma deu um concerto com o Silk Road Ensemble. "Esta é uma maneira muito especial de celebrar o Dia em que a Carta das Nações Unidas entrou em vigor", disse o Presidente da Assembleia Geral, Miguel d'Escoto.

Na sua mensagem, o Secretário-Geral Ban Ki-moon sublinhou que este é um ano crucial na vida da Organização, afirmando: "É agora mais claro do que nunca que as ameaças deste século não poupam ninguém. Nem as alterações climáticas, nem a propagação das doenças e das armas mortíferas, nem o flagelo do

terrorismo conhecem fronteiras. Se quisermos promover o bem comum mundial, temos de preservar os bens públicos mundiais".

Ban Ki-moon, que lamentou que continue a haver muitos países que não estão no bom caminho para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015, declarou-se profundamente preocupado com os efeitos da crise financeira mundial. "A liderança e as parcerias nunca foram tão importantes".

"Continuemos a avançar. Não há tempo a perder. Espera-se da ONU que produza resultados, para que o mundo seja mais seguro, mais saudável e mais próspero. Neste Dia das Nações Unidas, peço a todos os parceiros e a todos os dirigentes que façam aquilo que lhes compete e cumpram a sua promessa", disse o Secretário-Geral.

Secretário-Geral apela aos Estados para que reforcem papel das mulheres em processos de paz

Os Estados devem tomar mais medidas para aumentar o papel das mulheres na procura da paz e da justiça e a sua participação no processo de tomada de decisões, declara o Secretário-Geral da ONU, num relatório ao Conselho de Segurança, no qual reconhece, no entanto, os progressos registados neste domínio nos últimos anos.

“Há um apoio cada vez mais acentuado à participação das mulheres nos processos de paz, em pé de igualdade com os homens” bem como aos “esforços destinados a dar mais poder às mulheres”, escreve Ban Ki-moon no seu relatório ao Conselho de Segurança.

“É preciso reduzir o fosso que subsiste entre as políticas e a sua aplicação efectiva”, acrescenta.

O relatório apela a medidas suplementares a nível nacional, com vista a reforçar o papel das mulheres na prevenção, resolução e gestão de conflitos bem como nas operações de paz.

São indispensáveis esforços acrescidos para impedir e eliminar a violência sexual por meio de programas que visem proteger as mulheres deslocadas e reforçar a luta contra a impunidade dos autores de crimes sexuais.

Ban Ki-moon apela ao Conselho de Segurança para que reforce as capacidades da ONU no que se refere a pôr termo à violência sexual, dispondo-se a enviar missões de avaliação quando a violência é utilizada como táctica de guerra ou no quadro de ataques sistemáticos contra civis.

Ban Ki-moon felicitou Martti Ahtisaari, laureado com Prémio Nobel da Paz 2008



também felicitou Martti Ahtisaari. “É reconfortante ver que os esforços infatigáveis de Martti Ahtisaari para promover o diálogo e defender a paz no meio das crises foram reconhecidos pelo Comité Nobel, como haviam sido já, este ano, pelo júri internacional do Prémio Félix Houphouët-Boigny para a paz”, declarou o Director-Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura.

Ban Ki-moon saudou “um colega de longa data das Nações Unidas e um aliado na causa da paz, do desenvolvimento e dos direitos humanos”.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Presidente da Finlândia de 1994 a 2000 e fundador da organização não governamental Crisis Management Initiative, Martti Ahtisaari recebeu, a 2 de Outubro, o Prémio Félix Houphouët-Boigny, na sede da UNESCO.

Ban Ki-moon louva esforços da Europa para promover diálogo intercultural

O Secretário-Geral Ban Ki-moon louvou o compromisso da Europa em relação aos valores da tolerância, do diálogo, do respeito e compreensão transculturais, os quais devem ser “os pilares do mundo melhor que tentamos construir”.

Numa mensagem à sessão do Parlamento Europeu sobre o Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2009), Ban Ki-moon disse que, ao longo da sua história, o continente assistiu a terríveis explosões de conflitos armados, muitas vezes com origem no preconceito e no ódio.

Ao mesmo tempo, tem sido um “solo fértil” para algumas das mais notáveis inovações, criações artísticas e progressos científicos, afirmou o Secretário-Geral, no discurso que foi proferido em seu nome pelo Alto Representante para a Aliança das Civilizações, Jorge Sampaio.

“A enorme diversidade da Europa e a sua estratégica posição geográfica, no centro de velhas e novas rotas migratórias, converteram-na num lugar importante para a interacção transcultural e o diálogo inter-religioso”, afirmou. “Em especial, a sua estreita relação com os países vizinhos da outra margem do Mediterrâneo faz da Europa uma importante ponte entre

civilizações”.

Contudo, a Europa, como muitas outras regiões do mundo, enfrenta vários desafios no domínio da promoção do diálogo intercultural. “A migração, a incerteza económica e as tensões políticas estão a gerar tensões nas relações entre os diferentes grupos culturais, étnicos e religiosos”.

“Mas é precisamente na vossa região, onde os contactos construtivos ao longo dos séculos permitiram que a humanidade desse importantes saltos em frente, que existem oportunidades para a reconciliação e a cooperação”, disse.

Ban Ki-moon incentivou a prossecução de projectos económicos e outras iniciativas que melhorem a vida das pessoas e criem “um baluarte contra a intolerância, o fundamentalismo religioso e o extremismo”.

Também prometeu a ajuda da ONU a esses esforços, salientando o trabalho desenvolvido pela Aliança das Civilizações. “Para o bem das inumeráveis pessoas que vivem entre os extremos e anseiam por dignidade e paz, trabalhemos juntos para que o diálogo intercultural dê fruto”.

MENSAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL

Dia Internacional das Pessoas Idosas

(1 de Outubro)

Dia Mundial da Não-Violência

(2 de Outubro)

Dia Mundial do Habitat

(8 de Outubro)

Dia Mundial da Saúde Mental

(10 de Outubro)

Dia Internacional das Mulheres Rurais

(15 de Outubro)

Dia Mundial da Alimentação

(16 de Outubro)

Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

(17 de Outubro)

Dia das Nações Unidas

(24 de Outubro)

Sistema de segurança disfuncional teve papel importante no atentado de Argel



Segundo divulgou um grupo independente, a disfuncionalidade do sistema de coordenação da segurança das Nações Unidas, a falta de supervisão e formação adequadas e significativos erros de avaliação e de actuação desempenharam um importante papel no atentado terrorista perpetrado, em 2007, contra as instalações da ONU, em Argel, que causou a morte de 17 funcionários da organização.

O grupo concluiu também que o "sistema faseado" de classificação dos riscos de segurança, na Argélia, foi "seriamente comprometido", devido à politização do mesmo, por parte do país, que se recusou a aceitar qualquer sinal de que o país não seria seguro. E fez notar que os responsáveis pela segurança da ONU estavam preocupados com países como o Afeganistão e o Iraque, estando a Argélia fora do ecrã do radar de segurança.

"A disfunção do actual sistema não pode ser atribuída, unicamente, à falta de recursos", disse o Grupo, recomendando a aplicação de medidas administrativas contra seis funcionários e de procedimentos disciplinares contra outros quatro. "[A disfunção do sistema] deve também ser atribuída a uma falha por parte daqueles que o conceberam e daqueles que o implementaram".

O Grupo Independente encarregado de apurar as responsabilidades individuais, chefiado pelo antigo Subsecretário-Geral para os Assuntos Jurídicos Ralph Zacklin, foi estabelecido pelo Secretário-Geral, em Junho.

Realçando a responsabilidade primordial do país anfitrião pela segurança do pessoal da ONU, o relatório fez notar que, quando as relações com esse país são tensas ou inexistentes, "pode surgir uma linha de fractura com consequências trágicas".

Os governos devem assumir plenamente as suas responsabilidades, de forma a irem ao encontro das expectativas inerentes ao conceito de responsabilidade primordial, mantendo canais de comunicação eficientes entre os serviços de segurança do país e os Conselheiros de Segurança da ONU no terreno.

[Para mais informações](#)

Preocupado com ataques contra ONU, Ban Ki-moon apela à responsabilidade colectiva mundial



Preocupado com o aumento dos ataques contra o pessoal da ONU, o Secretário-Geral Ban Ki-moon afirma, num relatório publicado a 1 de Outubro, que é necessário instituir uma responsabilidade colectiva mundial e uma colaboração mais estreita entre a ONU e os Estados-membros.

"Dado que compete, em primeira instância, aos Governos que acolhem o pessoal da ONU garantir a segurança e a protecção deste, os actuais problemas de segurança exigem a instauração de uma responsabilidade colectiva mundial e que se tomem, em conjunto, medidas concretas destinadas a promover o respeito pelos princípios acordados no plano internacional", afirma Ban Ki-moon no relatório entregue à Assembleia Geral.

Na realidade, o Secretário-Geral diz-se "extremamente preocupado com o vasto leque de ameaças, o aumento dos

ataques deliberados contra os agentes humanitários e o pessoal das Nações Unidas – e com a vulnerabilidade destes, em todo o mundo".

Ban Ki-moon considera necessário "garantir adequadamente a segurança, a todos os níveis, dos agentes recrutados ao nível local que, em determinados casos, foram vítimas de actos de violência, de perseguições e de detenções ilegais, em zonas onde os seus serviços são essenciais para dar apoio às actividades das Nações Unidas".

Segundo o Secretário-Geral, a perda de 17 membros do pessoal das Nações Unidas no atentado de 11 de Dezembro de 2007, em Argel, veio lembrar, mais uma vez, "a necessidade urgente de uma cooperação mais estreita em matéria de segurança entre a ONU e os Governos de acolhimento".

No seguimento desta tragédia, Ban Ki-moon deu instruções para que se revissem imediatamente todas as políticas e medidas da ONU destinadas a garantir a segurança do pessoal e das instalações das Nações Unidas em todo o mundo.

[Para mais informações](#)

Editorial (continuação)

Por último, mas não menos importante, uma breve vista de olhos sobre o nosso evento relativo aos direitos humanos, que teve lugar em Bruxelas. Para assinalar o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Nações Unidas, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu realizaram a primeira grande conferência interinstitucional sobre os direitos humanos, que decorreu nas instalações do Parlamento Europeu. A conferência denominou-se "Os Defensores, tomam a palavra". Tal como a sua designação indica, demos a palavra a defensores dos direitos humanos. Entre os VIP contavam-se a nova Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navanethem Pillay, o Comissário Jacques Barrot, da UE, o Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pötering, e a Ministra de Estado francesa para os Direitos Humanos, Rama Yade. É com prazer que anuncio que Rama Yade é a nossa mais recente Embaixadora "F.U.N." (Amigos das Nações Unidas). O meu VIP preferido, e também o de

muitas outras pessoas, foi o Embaixador Stephane Hessel, um dos redactores originais da Declaração Universal, que, com 91 anos de idade, galvanizou os participantes na conferência, ao proferir um discurso inspirador, em que falou durante 20 minutos sem recorrer a apontamentos. Muito obrigado, Senhor Embaixador. Mas, escusado será dizer que as verdadeiras estrelas da conferência foram os próprios Defensores. Encontrarão os seus nomes e biografias, bem como outras notícias relacionadas com a conferência no sítio Web que criámos especialmente para o efeito e que [pode ser consultado em www.DefendersTakeTheFloor.org](http://www.DefendersTakeTheFloor.org).

Para animar a conferência, utilizámos alguns dos projectos principais da campanha "Conheça os seus Direitos". Dois dos nossos "Caricaturistas para a Paz", Plantu e Dilem, desenharam e projectaram caricaturas, enquanto ouviam os discursos. As suas caricaturas mais irreverentes também se encontram no sítio Web dos

"Defensores". Tivemos a oportunidade de dar uma primeira vista de olhos ao trabalho de alguns realizadores, um outro projecto ONU-UE denominado *Stories on Human Rights* (Histórias sobre os Direitos Humanos). Os filmes serão todos apresentados a 10 de Dezembro em Nova Iorque, Genebra, Paris e, naturalmente, Bruxelas, onde serão incluídos na nossa temporada de filmes CINE-ONU. Houve uma presença do projecto *6 Billion Others*, bem como do monumento vivo *Blue Cape of Human Rights*. Portanto, de um modo geral, diria que foi um bom evento e uma grande oportunidade de os próprios Defensores estabelecerem ligações entre si e conviverem com os poderosos.

Até à próxima, e muito obrigado por se terem "levantado"!

Assembleia Geral: desafios do desenvolvimento e da reforma da ONU no centro das preocupações

Ao analisar o relatório do Secretário-Geral (*Report on the Work of the Organization [A/63/1]*), a 6 de Outubro, a maior parte das 18 delegações que usaram da palavra pôs tónica nas questões de desenvolvimento e na reforma das Nações Unidas.

A ONU deve consagrar, prioritariamente, os seus esforços a responder às necessidades dos mais pobres, a preservar os recursos do planeta e a reforçar o princípio da responsabilização no seio da ONU, afirma o Secretário-Geral, no relatório.

“Em 2008 e durante o resto do meu mandato, teremos de consagrar todos os nossos esforços à realização de três objectivos fundamentais: responder às necessidades dos mais pobres, preservar os recursos do planeta e reforçar a Organização, responsabilizando-nos plenamente pela nossa acção”, disse.

O Secretário-Geral considera que o desafio mais difícil “é responder concretamente às expectativas dos deserdados, onde quer que se encontrem”. “Perante este temível desafio, temos de ser mais eficazes no terreno, concentrar os nossos recursos onde a acção da Organização pode ser mais decisiva. Não podemos contentar-nos com fazer promessas ou exortar os outros a agirem; já não podemos esperar que surjam soluções. Temos de aproveitar todas as oportunidades para

produzir desde já resultados que nos permitam esperar um futuro melhor”, escreve.

No que se refere à preservação dos recursos do planeta, a ONU é, no seu entender, “a única organização capaz de assumir a direcção dos esforços que visam reduzir os riscos mundiais que põem em perigo todos os seres humanos no mundo e de salvaguardar os recursos ameaçados”.

“Problemas como as alterações climáticas e a saúde no mundo desconhecem fronteiras e não podem ser resolvidos por este ou aquele Estado ou grupo de Estados. A ONU, como única organização de vocação geral, goza de uma verdadeira vantagem comparativa, quando se trata de mobilizar todos os países e forjar novas alianças que envolvam diversos parceiros. A ONU tem de mostrar estar à altura deste desafio, porque nenhuma outra entidade pode verdadeiramente enfrentar estas questões de interesse mundial de uma forma tão decisiva”, acrescenta.

Mas, para avançar em direcção a um mundo melhor, é preciso reforçar a Organização “responsabilizando-a plenamente pela sua acção, porque só assim poderá dar o melhor de si própria”. “Devemos ver na exigência de responsabilização não um simples imperativo técnico mas um princípio

fundamental que irá guiar a Organização na sua acção e incentivar os Estados-membros a fazerem também seu esse princípio”, afirma Ban Ki-moon.

Num contexto de agitação causada pelas crises financeira, alimentar, energética e ambiental e marcado pelo atraso na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), numerosas delegações, a exemplo da do Egipto, se congratularam com o lugar que o Secretário-Geral deu ao desenvolvimento no seu relatório. Este suscitou também algumas críticas, nomeadamente as da Índia, da Guatemala e dos Estados Unidos.

Os representantes de França, em nome da União Europeia, e do Japão sublinharam a necessidade de melhorar rapidamente a representatividade, a transparência e a eficácia da ONU. A UE, disse o representante francês, está empenhada na reforma da gestão do Secretariado e das suas actividades operacionais. O seu homólogo do Japão frisou a importância de uma gestão financeira “sã e prudente” para garantir o compromisso continuado dos Estados-membros a favor das actividades da ONU.

[Para mais informações em inglês, ver GA/10763](#)

Crise financeira: Presidente da Assembleia Geral cria grupo de peritos

O Presidente da Assembleia Geral da ONU, Miguel d’Escoto, anunciou a criação de um grupo de trabalho de alto nível, presidido pelo Prémio Nobel de Economia Joseph Stiglitz, encarregado de examinar o sistema financeiro mundial, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).



O grupo de peritos proporá medidas a tomar pelos Estados-membros “para permitir uma ordem económica mundial mais estável”. A composição do grupo será anunciada após a reunião especial da Assembleia Geral sobre a crise financeira, que terá lugar a 30 de Outubro, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque.

“Há uma tomada de consciência crescente de que a actual turbulência do sistema financeiro não pode ser resolvida por meio de respostas fragmentárias ao nível nacional e regional, exigindo antes um esforço coordenado a nível mundial”, sublinha o comunicado do Gabinete do Presidente.

Segundo Miguel d’Escoto, a voz e os interesses dos países em desenvolvimento não estão agora devidamente representados nas instituições mundiais de governação económica. “O mundo em desenvolvimento inclui muitas mais economias poderosas do que em 1944 e o seu papel no sistema comercial aumentou de uma forma significativa”, diz o comunicado.

“Os países em desenvolvimento têm interesse num sistema financeiro democrático baseado em regras, com mecanismos financeiros eficazes e instituições imparciais capazes de prestar conselhos políticos oportunos e adaptados”, sublinha.

TIJ solicitado a dar parecer jurídico sobre independência do Kosovo

A Assembleia Geral adoptou, a 8 de Outubro, uma resolução que solicita um parecer jurídico do Tribunal Penal Internacional (TIJ) sobre a declaração unilateral de independência pronunciada pelo Kosovo, em Fevereiro de 2008.

O Kosovo, província da Sérvia sob administração das Nações Unidas desde 1999, declarou unilateralmente a independência a 17 de Fevereiro de 2008 e, a 9 de Abril, a Assembleia do Kosovo adoptou uma “Constituição da República do Kosovo”, que entrou em vigor a 15 de Junho. Essa declaração foi reconhecida por vários países, entre os quais figuram os Estados Unidos e a França, mas categoricamente rejeitada, como contrária ao direito internacional, pela Sérvia e a Federação Russa.

O TIJ deverá debruçar-se sobre “se a declaração unilateral de independência do Kosovo está em conformidade com o direito internacional” e emitir um

parecer que não é juridicamente vinculativo para os Estados-membros das Nações Unidas.

A resolução foi aprovada por 77 votos. Seis Estados votaram contra e 74 abstiveram-se. Diversos países que reconheceram a independência do Kosovo optaram pela abstenção, declarando-se preocupados com a “natureza política” da questão posta ao TIJ, susceptível de impedir o Kosovo de se tornar plenamente um país e de manter a incerteza quanto ao seu estatuto.

Numa decisão tornada pública no passado dia 21, o TIJ deu aos Estados-membros da ONU até Abril do próximo ano para apresentarem declarações escritas sobre a questão.

Assembleia Geral elege membros de Conselho de Segurança e de ECOSOC em 2009

A Assembleia Geral elegeu, à primeira volta do escrutínio, a Áustria, o Japão, o México, o Uganda e a Turquia membros não permanentes do Conselho de Segurança, para um mandato de dois anos, com início a 1 de Janeiro de 2009.

Além dos cinco membros permanentes – a China, os Estados Unidos, a Federação russa, a França e o Reino Unido – o Conselho de Segurança integrará, a partir de 1 de Janeiro de 2009, a Áustria, o Burquina Faso, a Costa Rica, a Croácia, a Jamahiriya Árabe Líbia, o Japão, o México, a Turquia, o Vietname e o Uganda.

No dia 22, a Assembleia Geral elegeu 18 membros do Conselho Económico e Social (ECOSOC), para mandatos de três anos, com início a 1 de Janeiro do próximo ano.

Para este órgão, composto por 54 membros e que coordena a acção económica e social dos vários organismos especializados da ONU

e das comissões regionais e funcionais, foram eleitos onze novos membros (Costa do Marfim, Maurícia, Marrocos, Namíbia, Índia, Estónia, Guatemala, Perú, São Cristóvão e Nevis, Venezuela e a Noruega, na sequência da renúncia da Islândia ao seu mandato) e 7 membros foram reeleitos (Guiné-Bissau, Japão, Arábia Saudita, França, Grécia, Liechtenstein e Portugal).

O ECOSOC inclui ainda 18 membros cujos mandatos terminam no fim de 2009: a Argélia, Cabo Verde, o Malávi, a Somália, o Sudão, a Indonésia, o Iraque, o Cazaquistão, as Filipinas, a Bielorrússia, a Roménia, Barbados, Bolívia, El Salvador, Canadá, Luxemburgo, Países Baixos e os Estados Unidos.

Os Camarões, a República do Congo, Moçambique, o Níger, a China, a Malásia, o Paquistão, a República da Coreia, a Polónia, a Moldávia, a Rússia, o Brasil, Santa Lúcia, o Uruguai, a Nova Zelândia, a Suécia e o Reino Unido terminarão os seus mandatos como membros do ECOSOC no final de 2010.

Assembleia Geral adopta Declaração de apoio à aplicação do Programa de Acção de Almaty

A Assembleia Geral adoptou, a 3 de Outubro, por aclamação, uma Declaração que sublinha a necessidade de acelerar a aplicação das medidas enunciadas no Programa de Acção de Almaty. A adopção deste texto, contido no documento do projecto de resolução apresentado pelo Presidente da Assembleia, encerrou a Reunião de Alto Nível consagrada ao exame intercalar do Programa de Acção, que decorreu na Sede, a 2 e 3 de Outubro.

A Declaração Comum dos ministros e chefes de delegação presentes no exame do Programa de Acção chama a atenção para as enormes dificuldades que os países em desenvolvimento sem litoral enfrentam, em consequência, nomeadamente, do seu isolamento, da insuficiência ou deterioração das suas infra-estruturas de transportes e do custo elevado do trânsito de mercadorias através das suas fronteiras, os quais penalizam a sua competitividade e desincentivam os investidores estrangeiros.

Nos termos da Declaração, os ministros e chefes de delegação comprovam, com preocupação, que a parte dos países em desenvolvimento sem litoral no comércio mundial de mercadorias continua a ser mínima. A maioria destes países continua a depender das exportações de uns quantos produtos de base e continua a ser marginalizada no sistema comercial internacional, o que impede que tire pleno partido do comércio para realizar os

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, sublinham.

Se é um facto que as dificuldades ligadas à falta de litoral se fazem sentir em todos os aspectos do desenvolvimento desses países e da luta que travam contra a pobreza, é o seu impacto no comércio externo que é o mais grave, reconhecem.



Neste contexto, convidam os parceiros de desenvolvimento a tornarem operacional a Iniciativa de Ajuda ao Comércio e insistem em que as negociações multilaterais sobre o acesso aos mercados por parte dos produtos agrícolas dispensem particular atenção aos produtos que têm um interesse especial para os países em desenvolvimento sem litoral.

Na Declaração, os ministros e chefes de delegação observam que uma boa parte da ajuda pública ao desenvolvimento é consagrada

ao socorro de emergência e à ajuda alimentar. Simultaneamente, a ajuda destinada a outros fins não evoluiu nos últimos cinco anos e é necessário um apoio financeiro acrescido à construção e à manutenção das infra-estruturas. Nesta perspectiva, exortam a comunidade internacional a prestar aos países sem litoral e aos países de trânsito uma maior assistência técnica e financeira.

Por outro lado, pedem aos países em desenvolvimento sem litoral ou de trânsito que reforcem o quadro jurídico que rege o transporte em trânsito e que se esforcem por facilitar o trânsito e as trocas comerciais por meio de medidas de harmonização e de simplificação.

No discurso de encerramento, o Presidente da Assembleia Geral, Miguel d'Escoto Brockmann, sublinhou que era importante que todos os Estados e actores internacionais assegurassem o êxito da aplicação do Programa de Acção de Almaty, no momento em que a crise financeira ameaça ter efeitos particularmente catastróficos para os países menos avançados e os países em desenvolvimento sem litoral.

Conselho de Segurança pede ao Irão para cumprir as suas obrigações nucleares

O Conselho de Segurança pediu ao Irão para respeitar a íntegra e imediatamente as suas resoluções anteriores ordenando ao país que suspenda o enriquecimento de urânio e que coopere com os inspectores do organismo de controlo das Nações Unidas no domínio da energia atómica.

Numa resolução adoptada por unanimidade, o Conselho também reafirmou o seu empenhamento "numa solução negociada rápida para a questão nuclear iraniana" e saudou os esforços desenvolvidos nesse sentido.

O texto pede a Teerão para "cumprir integralmente e sem demora as suas obrigações", em conformidade com uma série de

resoluções do Conselho adoptadas desde 2006 até ao presente, e para satisfazer os requisitos da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA).

Usando da palavra antes da votação no Conselho, o Embaixador da Indonésia, Marty Natalegawa, disse que não teria sido possível apoiar a resolução se tivesse especificando sanções suplementares contra o Irão. Sublinhou a necessidade de uma solução negociada para a questão nuclear que proteja os instrumentos multilaterais, incluindo o Tratado de Não Proliferação e a AIEA.

Conflito israelo-palestiniano: situação no terreno mantém-se difícil

No seu relatório publicado a 17 de Outubro, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, considera que o processo de Anápolis, lançado em Novembro de 2007, sob os auspícios dos Estados Unidos, abriu novas perspectivas para solucionar o conflito israelo-palestiniano, mas que a situação no terreno permanece difícil.

"Durante o período abrangido pelo relatório [Setembro de 2007 a Agosto de 2008], surgiram novas perspectivas de uma solução pacífica para a questão da Palestina, com o lançamento do processo de Anápolis e de negociações bilaterais regulares entre Israel e Palestinos. No entanto, a situação no terreno em Israel e no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, manteve-se difícil e entrou os esforços políticos que visam concretizar a visão de dois Estados a viverem lado a lado em paz e segurança. Na faixa de Gaza, em particular, os actos de violência prosseguiram e a crise humanitária agravou-se", comprova Ban Ki-moon.

"Peço ao Governo israelita e à Autoridade Palestiniana que tudo façam para alcançar o objectivo do processo de Anápolis. Já não resta muito tempo até à data-limite e, aparentemente, subsistem numerosos problemas por resolver. Se as partes não chegarem a um acordo até ao final do ano, é essencial que o processo não seja interrompido, prosseguindo de modo a conduzir o mais rapidamente possível a uma solução pacífica, há tanto esperada, da questão da Palestina", acrescenta.

Segundo Ban Ki-moon, "há ainda muito a fazer para lançar as bases necessárias para o êxito do processo político e a aplicação duradoura de qualquer acordo que venha a ser concluído. As actividades de criação de colonatos devem cessar totalmente e as restrições à circulação e ao acesso devem ser levantadas. A Autoridade Palestiniana deve continuar a empenhar-se em fazer respeitar a ordem pública".

[Para mais informações](#)

Enviado da ONU no Afeganistão alerta para aumento dos ataques violentos



poliomielite, o pico de violência actual indica que este ano não haverá a acalmia nos combates que se verifica, geralmente, no Inverno.

Fazendo notar que nem tudo é "escuro e sombrio", o Representante Especial disse aos jornalistas: "O facto de o Presidente Hamid Karzai ter levado a cabo uma reestruturação do seu gabinete, que demonstra a sua vontade de enfrentar questões essenciais que não têm sido, até agora, tratadas de forma apropriada, deixa-me optimista".

Kai Eide, que chefia também a Missão de Assistência da ONU no Afeganistão (UNAMA), realçou que têm havido outros factos positivos que lhe deram razões para estar prudentemente optimista, como, por exemplo, uma relação mais construtiva entre o Afeganistão e o Paquistão, com base na ameaça comum que os rebeldes representam.

O número de ataques violentos ocorridos nos últimos meses, no Afeganistão, foi o mais elevado desde 2002, à medida que a rebelião se estende para além do Sul e do Leste do país, disse ao Conselho de Segurança o Representante Especial do Secretário-Geral para o Afeganistão, Kai Eide.

A situação no Afeganistão tem-se deteriorado: a rebelião estendeu-se às províncias nos arredores de Cabul, os ataques tornaram-se mais violentos e têm ocorrido mais ataques contra alvos humanitários, disse Kai Eide.

Kai Eide advertiu que, apesar de o abrandamento dos ataques, após o Ramadão, ter permitido que se levasse a cabo uma campanha de vacinação contra a

[Para mais informações](#)

Conselho de Segurança renova mandato da missão de observação da ONU na Geórgia

O Conselho de Segurança decidiu prorrogar por mais quatro meses o mandato da Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia (UNOMIG), encarregue de vigiar o cumprimento do acordo de cessar-fogo entre o Governo e os separatistas abcazes no Noroeste do país.



A decisão foi tomada por unanimidade, respondendo assim ao pedido do Secretário-Geral, Ban Ki-moon, que alertou para as "alterações dramáticas" suscitadas pelo conflito entre a Rússia e a Geórgia que criaram a incerteza quanto ao futuro da missão da UNOMIG.

Ainda se desconhece quais os aspectos do acordo de cessar-fogo entre as partes envolvidas e a partir do qual foi definido o mandato da Missão, seriam respeitados, dada a nova realidade no terreno, disse Ban Ki-moon, no seu último relatório ao Conselho de Segurança.

A área de responsabilidade da UNOMIG na Abcázia, consiste numa zona de segurança, inacessível às forças militares, uma zona com acesso limitado a armas,

onde é proibida a entrada de armamento pesado, e o Vale de Kodori. A Missão não possui qualquer jurisdição sobre a vizinha Ossétia do Sul.

"Atendendo às presentes circunstâncias, ainda é demasiado cedo para definir nesta altura o papel a desempenhar pela UNOMIG no futuro", disse Ban Ki-moon ao Conselho de Segurança. "Mas enquanto o envolvimento internacional no conflito entre Geórgia e Abcázia for considerado necessário para evitar a eclosão de um novo conflito, a UNOMIG poderá ser chamada a intervir para dar o seu contributo. A este respeito, tenho indicações da parte georgiana e da parte abcaze de que ambas apoiam a manutenção da Missão".

RCA: maioria das violações de direitos humanos é cometida por forças de segurança



A maioria das violações de direitos humanos cometidas na República Centro-Africana é da autoria das forças de segurança, segundo um relatório das Nações Unidas.

“Os primeiros seis meses do ano de 2008 na República Centro-Africana foram marcados por violações do direito à vida, à integridade física, à liberdade e a um julgamento imparcial bem como por tratamentos cruéis, degradantes e desumanos”, afirma um relatório publicado hoje pelo Gabinete das Nações Unidas de Apoio à Consolidação da Paz no país (BONUCA).

Essas violações “são, na maior parte dos casos, imputáveis às forças de defesa e de

segurança”, sublinha o documento, que abrange nomeadamente os factos ocorridos na capital do país, Bangui, e nos distritos de Nana Mambéré, Mambéré Kadei, Ouaka, Ouham e Ouham Pendé.

“Com efeito, esses agentes não respeitam a proibição da prática da tortura e de outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos e degradantes nem o direito de não ser submetido a prisão ou detenção arbitrarias”, precisa o relatório.

A presença de grupos armados e de salteadores de estrada e, por vezes, das forças governamentais agravou a insegurança e levou os habitantes a abandonarem as aldeias para se refugiarem no mato ou nos países limítrofes.

[Para mais informações](#)

Somália: Enviado da ONU congratula-se com acordo de paz entre partes em conflito



Ahmedou Ould-Abdallah felicitou o GFT e a ARS pela cooperação e trabalho que conduziu aos acordos.

“Os Somalis ficarão muito satisfeitos com os avanços importantes alcançados em Jibuti e as medidas positivas adoptadas aqui”, disse o Representante Especial, segundo um comunicado emitido pelo Gabinete Político da ONU para a Somália (UNPOS). “É um sinal do empenhamento das duas partes em fazerem avançar o acordo de Jibuti [um acordo alcançado em Junho]”.

O Representante Especial do Secretário-Geral para a Somália, Ahmedou Ould-Abdallah, congratulou-se com o acordo entre o Governo e os rebeldes islamistas sobre um cessar-fogo para pôr termo ao conflito, a criação de um governo de unidade nacional e as forças militares e a retirada das tropas etíopes.

A 26 de Outubro, o Governo Federal de Transição (GFT) e a Aliança para a Relibertação da Somália (ARS) assinaram dois acordos, em Jibuti, após três dias de conversações apoiadas pela ONU e pela comunidade internacional.

Os chefes das duas delegações ao comité de segurança conjunto, criado nos termos do Acordo de Jibuti, concordaram, hoje, em que o cessar-fogo entrará em vigor a 5 de Novembro.

[Para mais informações](#)

Chefe da ONU na RDC pede mais capacetes azuis

O Chefe da Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), Alan Doss, pediu ao Conselho de Segurança mais capacetes azuis para fortalecer temporariamente o contingente de 19 000 elementos já instalado, a fim de impedir que a RDC mergulhe de novo na guerra.

“Entramos numa fase potencialmente muito perigosa, as tensões aumentam e não queremos ver o Congo mergulhar de novo na guerra”, afirmou Alan Doss, referindo-se ao recrudescimento das hostilidades nas províncias do Leste do país, durante uma conferência de imprensa, depois de uma intervenção perante o Conselho de Segurança, em Nova Iorque.

Interrogado sobre o número de capacetes azuis que desejaria, afirmou que estava actualmente a discutir o assunto com o Departamento das Operações de Manutenção da Paz (DPKO). Adiantou, no entanto, que não

estaria em causa um grande aumento de efectivos e que o reforço pedido seria temporário e não permanente.

Alan Doss citou alguns progressos no Kivu Sul, mas considerou que “a situação no Kivu Norte é muito preocupante”. “As tensões étnicas no Kivu Norte aumentaram e a situação é muito perigosa”, acrescentou.

A MONUC está igualmente preocupada com a Província Oriental, onde os rebeldes ugandeses do *Lord's Resistance Army* (LRA) lançaram ataques contra aldeias e raptaram 90 crianças. O grupo rebelde é conhecido pelo recrutamento de crianças-soldado. Alan Doss considerou que a capacidade da ONU no que se refere a conter a situação nesta província era muito limitada. “Há limites para o que podemos fazer e não podemos estar em todo o lado”, afirmou.

[Para mais informações](#)

Darfur: continuam a não existir condições para bom funcionamento da UNAMID



Por um lado, a Operação vê-se confrontada com dificuldades logísticas muito complexas para colocar no terreno o seu material e os seus efectivos.

O Secretário-Geral para as Operações de Manutenção da Paz, Alain Le Roy, confirmou, quando da sua visita ao terreno, de 8 a 11 de Outubro, a aceleração do envio de tropas, mas esse envio depende directamente da capacidade dos Estados que participam na UNAMID no que se refere a fornecer tropas equipadas de uma maneira adequada, bem como da autorização do Governo sudanês. Este aceitou finalmente a participação de tropas de batalhões tailandeses e nepaleses.

“O Governo e as partes continuaram a procurar uma solução militar para o conflito, fizeram-se poucos progressos na aplicação do Acordo de Paz sobre o Darfur” e a protecção dos civis continua a ser uma questão preocupante, afirma Ban Ki-moon, no seu relatório ao Conselho de Segurança sobre as actividades da UNAMID desde 31 de Julho.

A UNAMID continua a precisar de equipamento essencial, incluindo uma unidade logística polivalente, uma unidade de reconhecimento aéreo, 6 helicópteros táticos ligeiros e 18 helicópteros utilitários médios.

[Para mais informações](#)

Ban Ki-moon preocupado com clima de instabilidade antes das eleições

No último relatório ao Conselho de Segurança sobre a Guiné-Bissau, o Secretário-Geral Ban Ki-moon expressou a sua preocupação perante o volátil clima político e de segurança no país, onde estão previstas eleições cruciais para o próximo mês.

Ban Ki-moon disse que o período abrangido pelo novo relatório, que vai de meados de Julho a Setembro, se caracterizou por “um profundo mal-estar político e pelo espectro das tensões e pressões militares”.

O Secretário-Geral apelou a todas as partes para que cooperem de forma pacífica, de forma a assegurar que as eleições agendadas para 16 de Novembro “se realizem num clima estável e pacífico”, que “contribuiria para a estabilização e consolidação da paz, o que, por sua vez, ajudaria a criar as condições necessárias para as reformas económicas essenciais e para o desenvolvimento”.

O relatório sublinha o papel crucial desempenhado pelos meios de comunicação na promoção da governação democrática, e o Secretário-Geral pede uma cobertura igual das actividades de todas as partes e a preservação da ética, do

profissionalismo e da credibilidade.

Houve uma deterioração nas relações entre os líderes de dois dos três principais partidos – o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido da Renovação Social (PRS) - que tinham assinado, em Março, um pacto nacional de estabilidade política.

O novo relatório lança também um alerta para a “crescente sombra negra que paira sobre o país”, referindo-se ao tráfico de droga e ao crime organizado, que podem causar um retrocesso em matéria de governação e impedir avanços positivos no domínio da consolidação da paz.

“O aumento do tráfico de droga, que afecta a paz e a segurança, a saúde, a economia e o Estado de direito, poderá causar devastação em todo o país e ao longo das suas fronteiras, uma vez que há provas crescentes de que os bandos criminosos estão a actuar, cada vez mais, de forma concertada através das porosas fronteiras da África Ocidental”, informa o relatório.

[Para mais informações](#)

Guiné-Bissau

Avanços ameaçados por tráfico de droga



O Secretário-Geral Adjunto da ONU para os Assuntos Políticos, B. Lynn Pascoe, afirmou, perante o Conselho de Segurança, que os avanços conseguidos desde o fim da guerra civil nos finais da década de 1990 estariam em risco, se não se consolidasse a estabilidade e não se enfrentasse o comércio ilícito de drogas.

Lynn Pascoe apelou ao Conselho de Segurança para que se encontre uma solução regional para o tráfico de drogas na Guiné-Bissau, que se tornou uma nova placa giratória entre a América do Sul e a Europa.

Lynn Pascoe explicou que a comunidade internacional está “preocupada com o impacto do tráfico de estupefacientes neste pequeno e vulnerável país da África Ocidental”. “Mas a Guiné-Bissau não é o único país da região a ser atingido pela

crise provocada pelo crescimento do tráfico de drogas. Uma solução sustentável a longo prazo só será possível através de enérgicas medidas regionais”, acrescentou.

No que diz respeito à evolução da situação política, B. Lynn Pascoe sublinhou a nomeação, a 5 de Agosto, de um novo Primeiro-Ministro, que afirmou, em diversas ocasiões, o seu empenho na realização de eleições legislativas na data prevista (16 de Novembro próximo).

Segundo B. Lynn Pascoe, a comunidade internacional deve fazer o que for necessário para assegurar o financiamento destas eleições, pois ainda faltam mais de 4 milhões de dólares, incluindo a dívida de 1 milhão de dólares relativa às eleições anteriores.

[Para mais informações \(em inglês\) ver SC/9468](#)

Conselho de Segurança congratula-se com determinação em realizar eleições mas está preocupado com aumento do tráfico de droga

O Conselho de Segurança declarou-se seriamente preocupado com o aumento do tráfico de droga e da criminalidade organizada na Guiné-Bissau, o qual ameaça a paz e a segurança no país e na sub-região.

Numa declaração lida pelo Presidente do Conselho, este órgão sublinha que compete ao Governo combater o problema e pede à comunidade internacional que coopere activamente com ele, em particular apoiando o reforço das capacidades das autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da lei e da justiça.

O Conselho congratula-se com a iniciativa tomada pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no sentido de convocar uma conferência regional sobre o tráfico de droga, a 28 e 29 de Outubro, na Praia (Cabo Verde) e aguarda com interesse o plano regional de



acção que aí deverá ser aprovado.

Os 15 membros do Conselho congratulam-se com o facto de o Governo “estar determinado a realizar eleições legislativas a 16 de Novembro de 2008 e de a comunidade internacional – nomeadamente Angola, Brasil, Portugal, CEDEAO, União Europeia, Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – prestar

apoio técnico e financeiro para esse efeito”. Pedem aos doadores que continuem a disponibilizar recursos financeiros destinados a apoiar o processo eleitoral.

O Conselho pede ao Governo, aos partidos políticos, às forças de segurança e à sociedade civil que “assegurem condições favoráveis à realização de eleições transparentes, livres e justas e que respeitem os resultados do escrutínio”.

O Conselho regista com agrado a aprovação, pela formação da Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz, do Quadro Estratégico para a Consolidação da Paz no país e afirma que é necessário executar com a máxima eficácia e o mais depressa possível os projectos de impacto rápido financiados pelo Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz.

Geórgia: Mais de 20 000 deslocados regressaram às suas aldeias, na zona tampão



Mais de 20 000 pessoas, deslocadas devido ao conflito que eclodiu na Geórgia, em Agosto, regressaram, ao longo da semana, às suas aldeias, na zona tampão situada em redor da região separatista da Ossétia do Sul, divulgou, a 17 de Outubro, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Estima-se que 192 000 pessoas tenham sido deslocadas de suas casas, na Geórgia, devido ao conflito entre forças da Geórgia, da Rússia e da Ossétia do Sul.

“Segundo as nossas equipas de acompanhamento do regresso dos deslocados, mais de 20 000 pessoas já regressaram, desde a retirada das tropas russas da zona tampão, a 8 de Outubro”, disse

aos jornalistas, em Genebra, Ron Redmond, do ACNUR.

“A maioria destas pessoas está a regressar às suas casas e aldeias, na zona tampão, ou a verificar se há condições seguras e aceitáveis para o regresso. Estamos a avisar aqueles que estão de regresso para terem cuidado com as minas e engenhos por deflagrar, uma vez que já se registaram algumas baixas”, acrescentou.

O ACNUR estima que 78 000 dos 133 000 deslocados internos da Geórgia tenham regressado às suas casas, em todo o país. Entretanto, as autoridades russas na Ossétia do Norte dão conta de que das 30 000 pessoas que aí se refugiaram, em Agosto, vindas da Ossétia do Sul, restam apenas menos de 2000.

[Para mais informações](#)

Mais de 250 mil afegãos regressaram ao seu país este ano, diz relatório do ACNUR

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), até 6 de Outubro, já regressaram ao seu país mais de 250 mil afegãos, muitos dos quais abandonaram os países vizinhos, o Paquistão e o Irão, por razões económicas e de segurança.

Desde Janeiro deste ano, o ACNUR apoiou a repatriação de 248 951 afegãos registados, vindos do Paquistão e 2929, do Irão. “Muitos disseram que tinham regressado ao Afeganistão porque não conseguiam suportar os elevados custos de viver no exílio, devido à actual crise nos sectores dos alimentos e dos combustíveis. Outros mencionaram receios quanto à segurança como razão para abandonar a província fronteiriça do Noroeste do Paquistão”, afirmou o ACNUR.

Mais de 5 milhões de afegãos já voltaram para o seu país, desde a queda do regime taliban, no final de 2001, incluindo mais de 4,3 milhões que foram repatriados com o apoio do ACNUR, a maior parte proveniente do Paquistão e do Irão.

[Para mais informações](#)

Tendências económicas, sociais e políticas põem em perigo deslocados em todo o mundo



Os pobres e deslocados de todo o mundo estão cada vez mais em risco, dado que o mundo enfrenta uma conjugação de tendências económicas, sociais e políticas adversas, que ameaça desencadear novas deslocções de populações no futuro, advertiu hoje o Alto-Comissário da Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, na sessão de abertura do Comité Executivo, o órgão directivo do ACNUR.

No fim de 2007, havia 11,4 milhões de refugiados e o seu número está a aumentar, enquanto o número de deslocados internos está também a subir, disse. O ACNUR trabalha em 28 países, com 14 milhões dos 26 milhões de pessoas que foram deslocados no interior do seu país devido a um conflito armado. Este número representa quase o dobro do de 2005.

“A competição por recursos escassos transformou-se num factor cada vez mais importante, no que diz respeito ao desencadeamento e à perpetuação da violência,” acrescentou, realçando que seria “trágico” se a actual crise financeira mundial se traduzisse numa queda do financiamento humanitário, quando as necessidades nesse domínio estão a aumentar drasticamente.

“Somos confrontados, neste momento, com uma série de conflitos interligados, numa espiral de crise, que se estende desde o Sudoeste Asiático, até ao Médio Oriente e ao Corno de África,” disse António Guterres, apelando a um debate sobre a resposta da comunidade internacional ao aumento, em escala e complexidade, das deslocções forçadas. “Alguns destes conflitos estão a agravar-se, com graves implicações para a segurança mundial.”

Este ano, o ACNUR já ultrapassou as 197 acções de emergência levadas a cabo em 2007.

“Reconheço plenamente os desafios da actual conjuntura financeira. Ao mesmo tempo, tenho de observar que os recursos necessários para dar assistência aos 31 milhões de pessoas pelas quais somos responsáveis são, de facto, muito modestos quando comparados com os montantes que estão a ser despendidos para estabilizar o sistema financeiro internacional.”

Observando que “um homem com fome é um homem zangado”, o Alto-Comissário para os Refugiados preveniu que, se a comunidade internacional não conseguir dar resposta às necessidades básicas dos pobres de todo o mundo, “podemos apenas esperar mais instabilidade social e política, ao longo dos próximos anos.”

[Declaração do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados \(em inglês\)](#)

ACNUR: Iraquianos continuam a ser principal grupo de requerentes de asilo

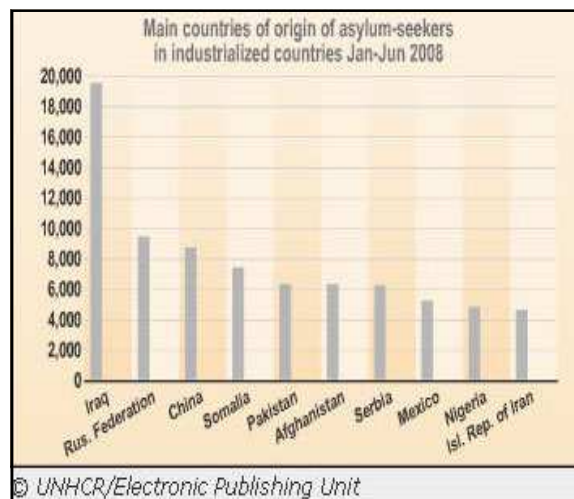
Os Iraquianos continuam a ser o grupo nacional mais numeroso, no que se refere a pedidos de asilo nos países industrializados, apesar de o seu número ter baixado nos primeiros seis meses do ano, segundo um relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), publicado a 17 de Outubro.

Segundo este relatório sobre as tendências do asilo, o número de pedidos apresentados pelos iraquianos (19 500), no primeiro semestre de 2008, foi mais elevado do que a soma dos pedidos de asilo apresentados pelos cidadãos da Federação Russa (9 400) e da China (8 700), o segundo e terceiro principais países de origem. Entre os outros principais países de origem dos requerentes de asilo figuram a Somália (7 400), o Paquistão e o Afeganistão (6 300 cada um).

Sessenta por cento dos iraquianos pediram asilo em quatro países: Suécia (20%), Alemanha (18%), Turquia (14%) e Países Baixos (12%).

No total, foram apresentados por pessoas de todas as nacionalidades cerca de 165 100 pedidos de asilo nos

[Para mais informações](#)



ONU pede ajuda para quebrar o “ciclo de pobreza e conflito” na RCA



O Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU (OCHA) pediu aos doadores que concedam mais 26 milhões de dólares para apoiar as suas actividades de assistência à República Centro-Africana (RCA), onde mais de 200 000 pessoas continuam fora de suas casas, devido ao conflito continuado e ao banditismo que têm assolado o país nas últimas duas décadas.

O OCHA informou que o programa de assistência lançado pela ONU e por organizações não governamentais (ONG) na RCA precisa, este ano, de financiamento no montante de 116 milhões de dólares, mas recebeu apenas 90 milhões, até ao momento.

Os organismos da ONU têm aumentado o número de

programas de assistência, na RCA, para ajudar o número cada vez maior de deslocados internos e refugiados que vivem agora em países vizinhos, como os Camarões, o Chade e o Sudão.

Os organismos humanitários reforçaram também a sua presença fora da capital, Bangui, aumentando o número de gabinetes de apoio de sete, há apenas dois anos, para quarenta e seis, este mês.

O OCHA disse que o dinheiro concedido, este ano, pelos doadores já fez uma “diferença tremenda” para o milhão de pessoas afectadas pelo conflito e pelo banditismo, em toda a RCA, especialmente no Norte do país.

“Temos agora uma verdadeira oportunidade de ajudar os Centro-africanos a quebrarem o ciclo de pobreza e conflito”, disse o OCHA. “Mas a comunidade internacional tem de mostrar um interesse verdadeiro e sustentado pelo país”.

[Para mais informações](#)

Violência obriga mais 5500 pessoas a fugirem da capital somali



Mais 5500 pessoas foram obrigadas a fugir da capital da Somália, devido à violência que grassa naquela cidade, elevando o número total de pessoas deslocadas pelas hostilidades entre as forças governamentais e os insurrectos islâmicos desde 21 de Setembro para mais de 61 000.

Os confrontos que eclodiram no mês passado em Mogadixo têm sido dos mais violentos a registar-se na capital em mais de um ano e meio e tiveram início escassas semanas após a assinatura do acordo de paz, mediado pela ONU, entre o Governo Federal de Transição (GFT) e o movimento rebelde denominado Aliança para a Relibertação da Somália (ARS), que se destinava a pôr termo aos combates.

A violência terá causado a morte de 80 civis e ferimentos em muitas centenas. Além disso, obrigou milhares de pessoas a fugirem de suas casas, elevando o número total de pessoas deslocadas de Mogadixo este ano para 160 000, afirma o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Os organismos de ajuda têm vindo a intensificar os seus esforços, desde a recente escalada das hostilidades, a fim de ajudar os habitantes deste país do Corno de África, que não tem um governo em funcionamento desde 1991 e se debate com uma difícil situação humanitária devido ao conflito e à seca.

Aproximadamente 3,2 milhões de pessoas na Somália, ou seja, 43% da população, necessitam urgentemente de alimentos e outros tipos de ajuda humanitária.

[Para mais informações](#)

PAM pede 140 milhões de dólares para responder a crise alimentar no Zimbabué

O Programa Alimentar Mundial (PAM) pediu 140 milhões de dólares para alimentar 4 milhões de zimbabuenses, ao longo dos próximos seis meses, advertindo que, sem fundos adicionais, as reservas do organismo acabarão até Janeiro.

Uma avaliação conjunta, realizada pelo PAM e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), concluiu que mais de 2 milhões de pessoas necessitam já de assistência, estimando-se que este número venha a ascender a 5,1 milhões – 45% da população – até ao início de 2009.

“Milhões de zimbabuenses já não têm comida ou sobrevivem com apenas uma refeição por dia e a crise irá agravar-se seriamente, nos próximos meses,” disse Mustapha Darboe, Director Regional do PAM para a África Ocidental, Central e Austral. “O PAM pode evitar que esta crise se transforme numa catástrofe, mas precisamos de mais fundos e precisamos deles já.”

O organismo está a planear alargar o seu programa de assistência ao país, assim como melhorar a qualidade do seu cabaz alimentar, de forma a prevenir a subnutrição, que representa uma ameaça crescente no Zimbabué, onde 28% dos menores de cinco anos sofrem já de subnutrição crónica.

Para a concretização destas acções é essencial que sejam concedidos, em tempo útil, mais fundos, sem os quais o PAM ficará sem provisões até Janeiro. Actualmente, o organismo enfrenta já um défice de 145 000 toneladas de alimentos, incluindo 110 000 toneladas de cereais.

O organismo recebeu, até agora, perto de 175 milhões de dólares, em 2008, mas são necessários, com urgência, mais 140 milhões de dólares para financiar a enorme operação de emergência do PAM, até Abril de 2009.

[Para mais informações](#)

ONU pede aos governos que protejam melhor hospitais contra catástrofes naturais



Margaret Chan, num comunicado do secretariado da Estratégia Internacional Para a Prevenção de Catástrofes. “Se não o fizermos, perder-se-ão vidas inutilmente – durante as catástrofes e depois de terem ocorrido”, acrescenta.

Por ocasião do Dia Internacional para a Redução das Catástrofes Naturais, que este ano coincidiu com o terceiro aniversário do tremor de terra no Paquistão, a ONU lançou o alarme em relação aos custos das catástrofes naturais no sector da saúde e apelou a todos os governos para que protejam melhor as suas instalações de saúde.

Há precisamente três anos, no Paquistão, 73% dos serviços de saúde foram destruídos na zona afectada pelo tremor de terra e não puderam funcionar no momento em que eram mais úteis para milhões de vítimas.

A Estratégia lançou, no início deste ano, a Campanha Mundial para a Redução das Catástrofes intitulada “Hospitais ao abrigo das catástrofes”.

“Temos de construir centros e sistemas de saúde capazes de resistir aos riscos naturais e às crises de emergência”, afirma a Directora-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS),

Tortura e maus tratos: pessoas com deficiência especialmente visadas



A tortura continua a ser frequente ou mesmo comum em numerosos países e as pessoas com deficiência são desproporcionadamente vítimas de tortura e maus tratos nas prisões, nos centros sociais e nos orfanatos bem como no seu próprio lar, segundo Manfred Nowak, Relator Especial sobre a tortura e outras formas de tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes.

“As pessoas com deficiência são frequentemente vítimas de negligência, de isolamento, de formas graves de opressão bem como de violência física, mental e sexual”, afirmou Manfred Nowak, durante uma

intervenção perante a Terceira Comissão da Assembleia Geral.

Manfred Nowak lembrou ainda que a tortura e os maus tratos continuam a ser frequentes em numerosos países, devido à falta de vigilância da opinião pública. Apelou os Estados para que ratifiquem o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e criem os mecanismos nacionais de prevenção previstos para proceder a visitas aos locais de detenção, a fim de que não estejam protegidos contra o olhar do público.

Manfred Nowak deplorou o recurso excessivo e demasiado frequente ao isolamento de detidos, em muitos países, recordando que essa prática tem efeitos médicos graves.

[Para mais informações](#)

Irão exortado a rever legislação a fim de respeitar direitos fundamentais

Num relatório sobre os direitos humanos no Irão publicado a 20 de Outubro, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, incentiva o Governo a continuar a rever as leis nacionais, em particular o novo código penal e as leis relativas à justiça de menores, a fim de que estejam em conformidade com as normas internacionais e de prevenir a discriminação contra as mulheres, as minorias étnicas e religiosas e outros grupos minoritários.

O relatório menciona numerosos domínios relacionados com os direitos humanos na República Islâmica do Irão que continuam a ser preocupantes.

Assim, a “Constituição iraniana de 1979 garante uma vasta gama de direitos humanos e de liberdades fundamentais. Contudo, na prática, alguns sérios obstáculos entravam a plena protecção dos direitos humanos e o funcionamento independente das diferentes

instituições do Estado”, diz o relatório.

“A pena de morte continua a ser largamente aplicada, incluindo em relação a menores. Houve já pelo menos vários casos de lapidação e de execução pública, apesar das medidas tomadas pelas autoridades com vista a reduzir essas práticas”, segundo o relatório.

O Secretário-Geral exorta o Governo a ratificar os principais tratados internacionais de direitos humanos, em particular a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

[Para mais informações](#)

Crise hipotecária demonstra que os mercados só por si não conseguem garantir habitação para todos



A crise hipotecária que está no cerne da actual turbulência financeira reflecte deficiências “fundamentais” na forma como os países abordam a questão da habitação e demonstra que é um perigo pensar que os mercados só por si conseguem garantir habitação adequada para todas as pessoas, disse a Relatora Especial sobre Habitação Adequada, Raquel Rolnik, numa declaração emitida a 23 de Outubro, em Nova Iorque.

“A convicção de que os mercados conseguem garantir habitação adequada para todas as pessoas ruiu. A actual crise ilustra inequivocamente essa realidade”, afirmou.

“Uma casa não é um produto – quatro paredes e um telhado. É um sítio para se viver em segurança, com paz e dignidade, e um direito de todos os seres humanos”, sublinhou.

A Relatora Especial acrescentou que a maioria dos analistas atribui a responsabilidade pela crise à falta de liquidez ou de regulação. No entanto, a crise do crédito hipotecário *subprime* reflecte “deficiências fundamentais na forma como abordamos a habitação” e a incapacidade dos mecanismos do mercado para garantir uma habitação adequada e financeiramente comportável para todas as pessoas.

Raquel Rolnik disse que a crise actual devia levar as pessoas a pensar num sistema melhor, um sistema que ofereça mais opções de habitação e não assente numa solução única.

Instou os países que ainda não o fizeram a reconhecer legalmente o direito a uma habitação adequada para todas as pessoas, observando que alguns países em desenvolvimento estão mais avançados quanto a esse aspecto do que muitos países mais ricos.

[Para mais informações](#)

Alta-Comissária para os Direitos Humanos pretende melhorar condições de detenção



A Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay, anunciou um novo projecto intitulado “Dignidade e Justiça para os Detidos”, na sua primeira conferência de imprensa na Sede da ONU, em Genebra.

A iniciativa tem como objectivo chamar a atenção para as pessoas privadas de liberdade e detidas em prisões ou outros locais de detenção, informou a Porta-voz do Secretário-Geral, no seu encontro diário com a imprensa, na Sede da ONU, em Nova Iorque.

Um outro objectivo da iniciativa é velar por que as condições de

detenção nas prisões e outros locais respeitem as normas internacionais mínimas.

Navi Pillay sublinhou que o Alto Comissariado não era contra as prisões e centros de detenção em si, mas entendia que estes deviam ser reservados aos que “merecem verdadeiramente ser encarcerados”, de acordo com as regras do direito penal internacional.

Interrogada sobre a situação dos detidos em Guantánamo Bay – o centro de detenção americano para as pessoas qualificadas de “combatentes inimigos”, no quadro da luta contra o terrorismo – Navi Pillay considerou que tinham o “direito a uma avaliação a breve trecho das razões da sua detenção”. “Têm também o direito inequívoco a não ser enviados para um lugar onde correm o risco de ser sujeitos a tortura”, acrescentou.

[Para mais informações](#)

Crise Financeira

OIT pede ao FMI para agir para proteger os mais pobres

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou, um apelo ao restabelecimento da regulação financeira para evitar a recessão que travará directamente o desenvolvimento dos mais pobres.

“São aqueles que não têm qualquer responsabilidade pela crise (financeira) e que irão pagar o preço, agora e no futuro, em perda de emprego e de rendimentos, que devem receber apoio”, declarou Juan Somavia, Director da Organização Internacional do Trabalho (OIT), perante o Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington.

Juan Somavia lembrou que “a crise do sistema financeiro internacional tinha consequências graves para as empresas, para os trabalhadores e para as famílias do mundo inteiro”. “Os seus efeitos, que vão além do aumento do preço

dos alimentos e do combustível, provocam uma queda em direcção a uma recessão que poderá ser prolongada, mundial e grave, se os governos não tomarem medidas rápidas e coordenadas”.

Juan Somavia apelou à “reconstrução do regime de regulação dos mercados financeiros mundiais, de modo a reduzir a volatilidade e a instabilidade crónicas”.

“Quando a desregulação é considerada como a melhor política em todas as circunstâncias, torna-se uma ideologia e deixa de ser um instrumento”, denunciou, apelando ao FMI para que aplique as suas regras de um modo equitativo tanto às nações grandes e poderosas como às pequenas e frágeis.

[Para mais informações](#)

Indústria do turismo começa a sofrer efeitos de crise económica mundial



O Secretário-Geral da OMT, Francesco Frangilli, disse, na reunião do Comité Executivo, que numerosas empresas de turismo estavam já a sofrer devido à crise do crédito e muitos consumidores estavam a cortar nas despesas com viagens.

O turismo mundial está já a sentir os efeitos da crise financeira, tendo abrandado a partir das férias de Verão no hemisfério Norte, informa a Organização Mundial de Turismo (OMT), que avisa que a indústria poderia conhecer uma queda mais acentuada nos próximos meses.

O sector do turismo – tanto de negócios como de lazer – conhece já uma queda da procura dos consumidores, segundo a OMT, cujo Comité Executivo reuniu em Madrid, de 14 a 15 de Outubro.

O Barómetro OMT, compilado por um grupo de peritos da organização, “mostra agora uma perda perceptível da confiança nas perspectivas a curto prazo”, afirma a OMT.

“A experiência mostra-nos que o turismo tem capacidade de adaptação, mas é inegável que, para além de um certo grau de degradação da situação, todos os sectores da economia começarão a sofrer as consequências”, disse Francesco Frangilli.

O Comité Executivo acordou em criar um “Comité de Relançamento do Turismo” que apoie os membros dos sectores público e privado, fornecendo-lhes análises económicas rigorosas e mecanismos de resposta.

[Para mais informações](#)

Crise financeira mundial poderia causar perda de 20 milhões de empregos



A crise financeira mundial poderia provocar a perda de 20 milhões de empregos, elevando o número de desempregados de 190 milhões, em 2007, para 210 milhões, no final de 2009, declarou, hoje, o Director-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Somavia.

“Precisamos de medidas rápidas e coordenadas dos governos, a fim de impedir uma crise social que poderia ser grave”, acrescentou Juan Somavia.

Segundo o Director-Geral da OIT, o “número de trabalhadores pobres que vivem com menos de um dólar por dia poderia registar um aumento de 40 milhões e o dos que vivem com menos de dois dólares por dia, mais de 100 milhões”.

A crise actual deverá afectar duramente sectores como a construção, o automóvel, o turismo, as finanças, os serviços e o imobiliário. Segundo Juan Somavia, as novas projecções “poderão revelar estar subestimadas, se os efeitos da actual contracção económica e a ameaça de recessão não forem rapidamente enfrentados”.

Segundo Juan Somavia, “a protecção e promoção das empresas sustentáveis e de oportunidades de trabalho digno devem estar no centro da Cimeira sobre a crise financeira anunciada recentemente pelos Presidentes Bush e Sarkozy”. “Temos de regressar à função básica das finanças, que é promover a economia real. Trata-se de conceder empréstimos às empresas para que possam investir, inovar, criar empregos e produzir bens e serviços”.

[Para mais informações](#)

FAO: crise financeira não deve agravar a crise alimentar



favor do apoio internacional sustentado à agricultura dos países em desenvolvimento se dissipasse”, acrescentou. Tais medidas poderiam aumentar as possibilidades de uma nova crise alimentar no próximo ano, apesar de uma colheita de cereais recorde em 2008.

A crise financeira poderia agravar a crise alimentar, se os governos decidissem reduzir a ajuda concedida ao sector agrícola dos países em desenvolvimento e recorrer a medidas proteccionistas, preveniu, hoje, o Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Jacques Diouf.

“O clima de grande incerteza que reina actualmente nos mercados internacionais e a ameaça de uma recessão mundial poderiam incitar os países ao protecționismo e à revisão dos seus compromissos em matéria de ajuda internacional ao desenvolvimento”, declarou Jacques Diouf, por ocasião da 34.ª Sessão do Comité FAO sobre Segurança Alimentar Mundial (CSA), que decorre em Roma de 14 a 17 de Outubro.

“Seria lamentável que isso acontecesse e que a recente mobilização política a

A crise financeira que se seguiu à subida em flecha dos preços alimentares que lançou mais 75 milhões de pessoas numa situação de pobreza e de fome, em 2007, poderia exacerbar as dificuldades das populações pobres dos países em desenvolvimento.

Jacques Diouf lembrou que os governos e dirigentes mundiais acordaram, na Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial, em Junho passado, em que a comunidade internacional “tinha o dever de tomar, com urgência, medidas coordenadas para lutar contra os impactos negativos da escalada dos preços alimentares nos países e nos povos mais vulneráveis do mundo”. “É vital manter esse impulso”, sublinhou.

[Para mais informações](#)

Campanha da OIT – A Igualdade de Género no Coração do Trabalho Digno*

Tal como noticiado no Boletim de Junho, a OIT lançou uma campanha mundial sobre a igualdade de género e o mundo do trabalho, que teve início em Junho de 2008. A campanha, construída em torno de doze temas do Trabalho Digno, escolheu para este mês de Outubro o tema “Trabalho digno para homens e mulheres mais velhos”

Direitos, Empregos e Segurança Social: Novas visões para homens e mulheres mais velhos

A longevidade é dos fenómenos demográficos mais positivo, crucial e relevante da nossa era, com a população mundial a viver até mais tarde.

O aumento da esperança média de vida gerou uma alteração profunda na sociedade envolvendo alterações em todo o ciclo de vida. Uma das alterações fundamentais foi a mudança das sociedades com três gerações para as sociedades com 4 gerações, em que grande parte das avós e dos avós permanecem na vida activa. Este fenómeno colocou o estatuto de sénior na faixa dos 70 e dos 80 anos. Porém, viver mais não é sinónimo de qualidade de vida uma vez que a grande maioria da população mundial não tem direito a qualquer tipo de pensão tendo que sobreviver num ambiente de escassez.

As mulheres que constituem a maioria das pessoas idosas (55%) ultrapassando em 70 milhões os homens em termos de pessoas com 60 ou mais anos. Com efeito, foram as mulheres que conheceram um aumento mais significativo da esperança média de vida passando de 48 para 67 anos nos últimos 50 anos contra um acréscimo de 45 para 63 anos nos homens. Uma vida longa é muitas vezes uma vida em situação de pobreza.

Se ao longo da vida as mulheres são vítimas de discriminação, esta situação agrava-se muito particularmente em idades mais avançadas. O facto de serem em maior número em situações



precárias: empregos em *part-time*, na economia informal e com salários baixos tornam-nas mais vulneráveis a viverem em pobreza quando terminam a vida activa, sendo que muitas vezes não têm sequer direito a qualquer pensão de reforma.

Uma sociedade para as pessoas de todas as idades obriga-nos a repensar a evolução tradicional da vida profissional. E deve permitir, para quem o deseja, que possa continuar a trabalhar ou a reformar-se com uma remuneração digna.

É necessário passar da competição para a solidariedade inter-geracional de todas as pessoas que estão na vida activa e eliminar os obstáculos ao emprego com os quais se confrontam homens e mulheres. A idade avançada não pode constituir um factor de discriminação no trabalho. Em 2002, o Encontro Mundial sobre Envelhecimento em Madrid colocou na agenda internacional o

objectivo de construir sociedades para pessoas de todas as idades. Este objectivo faz repensar o próprio curso convencional de vida profissional. A idade cronológica pode constituir uma medida arbitrária de avaliação do desempenho, dado que muitas pessoas mais velhas podem ser activas independentemente da sua idade. A Recomendação da OIT (R162) sobre Trabalhadores Mais Velhos aplica-se a “todos os trabalhadores que possam vir a experimentar dificuldades no emprego e na profissão em razão da sua idade”, permitindo ao mesmo tempo que os Estados Membros possam vir a definir categorias específicas para as faixas etárias mais elevadas de acordo com a respectiva legislação e realidade.

Para mais informação sobre este tema, por favor consulte o site: <http://www.ilo.org/gender/Events/Campaign2008-2009/lang--en/index.htm>

* Colaboração do Escritório da OIT em Lisboa

Biocombustíveis: FAO apela a revisão das políticas e subsídios



of Food and Agriculture (SOFA) 2008, publicada hoje.

“As políticas em vigor tendem a favorecer os produtores de certos países desenvolvidos em relação aos da maior parte dos países em desenvolvimento. O desafio consiste em reduzir ou gerir os riscos, partilhando, ao mesmo tempo, as oportunidades a uma maior escala”, declara o Director-Geral da FAO, Jacques Diouf.

As políticas e subsídios ligados aos biocombustíveis devem ser revistos com urgência, a fim de preservar o objectivo da segurança alimentar mundial, proteger os agricultores pobres, promover um desenvolvimento rural com uma ampla base e assegurar a sustentabilidade ambiental, diz a FAO na nova edição do seu relatório anual *The State*

Para mais informações

Enormes disparidades de rendimentos a nível mundial continuam a acentuar-se

Apesar do forte crescimento da economia mundial, que criou milhões de empregos desde os princípios da década de 90, as disparidades de rendimentos aumentaram consideravelmente na maior parte das regiões do mundo e é provável que continuem a acentuar-se, em consequência da actual crise financeira, segundo um novo relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O novo estudo do Instituto de Estudos Laborais da OIT, intitulado *World of Work Report 2008: Income inequalities in the age of financial globalization*, observa que uma parte importante dos custos da crise financeira e económica será suportada por centenas de milhões de pessoas que não tiveram acesso aos benefícios do crescimento dos últimos anos.

“O relatório mostra claramente que as diferenças entre os rendimentos das famílias mais ricas e os das famílias mais pobres se acentuaram desde os princípios dos anos 90”, diz o Director do Instituto, Raymond Torres. “Isto reflecte o impacto da globalização financeira e a reduzida capacidade das políticas internas no que se refere a melhorar os rendimentos da classe média e dos grupos com salários baixos. A actual crise financeira só poderá agravar a situação, a menos que sejam adoptadas

reformas estruturais a longo prazo”.

O estudo refere que “se um certo grau de desigualdade de rendimentos pode ser útil para premiar o esforço, o talento e a inovação, as grandes disparidades podem ser contraproductivas e prejudiciais para a maioria das economias”. “Quando o aumento das desigualdades entre rendimentos é excessivo, representa um perigo para o tecido social e prejudica a eficácia económica”.

Este relatório é o estudo mais completo sobre as desigualdades de rendimentos realizado até à data pelo Instituto. Além disso, apela à adopção de medidas a longo prazo, nomeadamente apoiando o Programa para o Trabalho Digno da OIT, a fim de dinamizar o emprego e melhorar os rendimentos e a repartição da riqueza.



Para mais informações

Número de países abrangidos pela Campanha para Eliminar a Fístula quadruplicou

A 13 de Outubro, a Campanha para Eliminar a Fístula anunciou que o número de países abrangidos pela mesma quadruplicou.

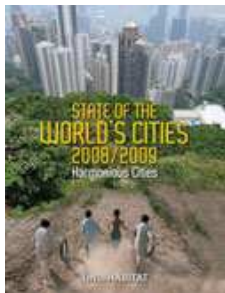
O relatório do Secretário (*Supporting efforts to end obstetric fistula*), publicado em resposta a um pedido da Assembleia Geral, enumera os esforços para eliminar a fístula obstétrica e ajudar a alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 5, nomeadamente o reforço dos sistemas de saúde e o aumento dos meios de financiamento.

Pelo menos dois milhões de mulheres em África, na Ásia e nos Estados árabes sofrem de fístula obstétrica, causada por um trabalho de parto prolongado sem uma pronta intervenção médica. Todos os anos, se declaram cerca de 50 000 a 100 000 novos casos, com graves consequências sociais e médicas para as mulheres afectadas.

Lançada pelo UNFPA e os seus parceiros, a Campanha para Eliminar a Fístula visa erradicá-la até 2015, prevenindo-a e devolvendo a saúde e a dignidade às mulheres que sofrem as suas consequências. O relatório anual da Campanha mostra que está activa em 45 países e que prestou apoio ao tratamento de mais de 7800 mulheres. Só em 2007, a Campanha deu formação no tratamento da fístula a mais de 500 profissionais e reforçou a capacidade de 89 centros no que se refere a assegurar o tratamento da fístula. Desde 2003, a Campanha recolheu mais de 25 milhões de dólares em contribuições e informou dezenas de milhares de indivíduos, dirigentes comunitários e decisores sobre o que é a fístula.

[Para mais informações](#)

ONU-HABITAT lança relatório sobre o estado das cidades do mundo



habitações mais baratas às pessoas de rendimento baixo, porque a oferta da habitação a preços acessíveis não pode ficar inteiramente a cargo do mercado.

Segundo o ONU-HABITAT, a distribuição do rendimento (medida com base no coeficiente de Gini) varia consideravelmente entre as regiões menos avançadas, sendo a desigualdade mais acentuada nas cidades africanas e latino-americanas. Em ambas estas regiões, o fosso é por vezes extremo, em comparação com o que se verifica na Europa e na Ásia, onde os níveis de desigualdade urbana são relativamente baixos.

Anna Tibaijuka disse que a proporção de pessoas que vivem em condições típicas de bairros degradados nos países ricos pode aumentar, devido à crise de crédito. Atendendo a que, na alvorada de uma nova era urbana, mil milhões de pessoas já vivem em bairros degradados, a agitação social é um perigo real, se os governos não procurarem combater mais seriamente a crise da pobreza urbana, adverte o relatório.

[Para mais informações](#)

Na conferência de imprensa de lançamento do relatório *State of the World's Cities 2008/2009*, um importante documento publicado de dois em dois anos pelo ONU-HABITAT, a Directora Executiva deste organismo, Anna Tibaijuka, afirmou que a actual crise deve ser vista como uma "crise financeira da habitação", em que as pessoas mais pobres entre os pobres ficam entregues à sua sorte.

"Não podemos, evidentemente, ter uma sociedade harmoniosa se as pessoas não tiverem uma habitação segura", disse Anna Tibaijuka.

"A crise financeira que enfrentamos hoje não pode ser vista como um evento – é um processo que tem vindo a avolumar-se com o decorrer do tempo e que agora entrou em ruptura". Acrescentou que os governos têm de assegurar

Relatório sobre Saúde no Mundo preconiza regresso aos cuidados primários de saúde

Perante as desigualdades gritantes em matéria de saúde no mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza um regresso aos cuidados primários de saúde, no seu *World Health Report*.

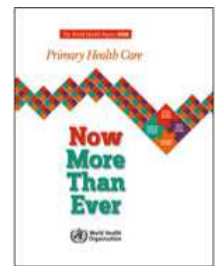
"Um mundo muito desequilibrado em matéria de saúde não é nem estável nem seguro", declarou a Directora-Geral da OMS, Margaret Chan, no lançamento do relatório em Almaty, no Cazaquistão.

As diferenças da esperança de vida entre os países mais ricos e os mais pobres excedem agora os 40 anos. A nível mundial, as despesas públicas com a saúde variam entre 20 dólares anuais por pessoa e mais de 6000 dólares.

Para melhorar o desempenho dos sistemas de saúde, o relatório preconiza um regresso aos cuidados primários de saúde. A comparação entre países com o mesmo nível de desenvolvimento mostra que aqueles cujos cuidados de saúde estão organizados de acordo com os princípios dos cuidados primários de saúde asseguram um nível de saúde

mais elevado com o mesmo investimento.

Os cuidados primários de saúde constituem também o melhor meio para enfrentar os três males do século XXI: a globalização de estilos de vida pouco saudáveis, a urbanização rápida e anárquica e o envelhecimento da população. Estas tendências contribuem para o aumento de doenças crónicas como as cardiopatias e os acidentes vasculares cerebrais, o cancro, a diabetes e a asma, que criam novas necessidades de cuidados de longa duração e de apoio ao nível da comunidade.



[Para mais informações](#)

UNESCO: taxas de alfabetização melhoram mas situação na Ásia e em África é preocupante



globais escondem fortes disparidades regionais.

"Agora que entrámos na segunda metade da Década das Nações Unidas para a Alfabetização, a comunidade internacional deve procurar novas maneiras de trabalhar com as populações marginalizadas em relação às quais as abordagens tradicionais se revelaram inoperantes", declarou o Director-Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura.

Segundo um relatório apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), as taxas de alfabetização têm melhorado globalmente, mas a situação na Ásia Meridional e Ocidental e na África Subsariana é preocupante e a ajuda financeira a favor da alfabetização continua a ser muito insuficiente.

O número de analfabetos passou de 871 milhões, no período de 1985 a 1994, para 774 milhões, entre 2000 e 2006, o que fez elevar a taxa mundial de alfabetização de adultos de 76% para 83,6%. O avanço mais acentuado regista-se nos países em desenvolvimento, onde a taxa atinge 79%, em comparação com 68% no período anterior. A este ritmo, a taxa mundial de alfabetização de adultos deverá rondar 87% em 2015, segundo o relatório, intitulado *The Global Literacy Challenge*. Estes números

Entre as recomendações formuladas no relatório figura a necessidade de melhorar a execução dos programas de alfabetização, nomeadamente através da adaptação dos métodos de ensino aos diferentes contextos e necessidades. Sugere ainda o aumento dos fundos destinados à alfabetização de adultos e a consagração de, pelo menos, 3% dos orçamentos de educação nacionais a esta acção.

[Para mais informações](#)

Bioenergia poderia inverter pobreza na África Ocidental, segundo estudo da ONU



A bioenergia sustentável é uma arma que pode ser usada pelos países da África Ocidental para combater a pobreza, segundo um novo estudo apoiado pelas Nações Unidas e publicado hoje.

O novo estudo – um esforço conjunto da Fundação das Nações Unidas, do Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável e do Grupo Energia e Segurança – examina as potencialidades da bioenergia em oito países da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), que compreende o Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

“O desenvolvimento, a utilização e a comercialização da bioenergia proporcionam aos países-membros da UEMOA oportunidades económicas, sociais e ambientais vitais para transformarem as zonas rurais”, observa o relatório. Se produzida e consumida localmente, a bioenergia poderia ser uma ferramenta crucial para combater a pobreza, acrescenta. “Contudo, é necessário um forte quadro de políticas a nível local, nacional e regional, para garantir que esses benefícios se concretizem e sejam partilhados equitativamente e que os impactos negativos sejam reduzidos ao mínimo”, diz a nova publicação.

[Para mais informações](#)

Turbulência económica poderá anunciar nova era “verde”, segundo Yvo de Boer



A actual crise do mercado financeiro mundial poderá constituir uma oportunidade para que o sistema financeiro mundial se reconstrua, de forma a promover um crescimento “verde”, disse o Secretário Executivo da Convenção-Quadro da ONU para as Alterações Climáticas (UNFCCC), Yvo de Boer.

“Os governos têm agora a oportunidade de criar e fazer cumprir políticas que estimulem a concorrência para financiar indústrias limpas”, disse aos jornalistas Yvo de Boer.

Estima-se que a procura de energia, em todo o mundo, aumente mais de 50% até 2030, o que acarretará um investimento de 22 biliões de dólares em infra-estruturas de fornecimento de energia – metade dos quais deverão ser investidos nos países em desenvolvimento. Isto irá

ter como consequência um enorme aumento das emissões de gases com efeito de estufa, a não ser que esses fundos sejam canalizados para energias limpas, realçou.

Pela primeira vez desde Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que teve lugar em Bali, em 2007, na qual os países concordaram em lançar negociações formais, com vista a alcançar um acordo mundial a longo prazo, sobre alterações climáticas, dezenas de ministros do ambiente reunir-se-ão, na próxima semana, antes das próximas conversações, que terão lugar na cidade polaca de Poznan, em Dezembro.

A Conferência de Poznan será crucial, uma vez que nela será discutido, pela primeira vez, o texto de um pacto que vá suceder ao Protocolo de Quioto, disse Yvo de Boer. “Nesse contexto, será muito importante que os ministros concentrem a sua atenção numa visão comum de cooperação,” fez notar.

[Para mais informações](#)

Protecção dos recursos da natureza pode ajudar a aumentar rendimento dos pobres das zonas rurais

Segundo um novo relatório apoiado pelas Nações Unidas, aumentar o número de empresas que exploram recursos da natureza pode simultaneamente gerar rendimentos mais elevados para os pobres das zonas rurais e ajudá-los a resistir melhor às ameaças económicas, sociais e ambientais.

A subsistência de aproximadamente dois terços dos 2,6 mil milhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia depende de recursos naturais locais, mas os seus meios de vida estão actualmente a ser postos em causa pelas alterações climáticas e pela degradação dos ecossistemas.

O relatório *World Resources Report 2008: Roots of Resilience* foi lançado em Barcelona, em Espanha, no Congresso Mundial da Natureza, promovido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

A nova publicação é fruto de um esforço conjunto por parte do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUD), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Banco Mundial e de uma organização não governamental (ONG) denominada World Research Institute.

“A pobreza nunca passará à história, a não ser que se invista numa gestão mais inteligente dos recursos da natureza mundiais”, disse Achim Steiner, Director Executivo do PNUA. “Existem actualmente inúmeros modelos e estudos de casos sobre a forma de gerir os ecossistemas com vista a impulsionar os meios de vida e rendimentos rurais, respeitando simultaneamente o objectivo da sustentabilidade ambiental”.

[Para mais informações](#)

ONU ajuda a aumentar acesso a mercados de produtos agrobiológicos dos países em desenvolvimento

Os produtores agrobiológicos dos países em desenvolvimento vão passar a ter maior acesso aos mercados mundiais graças a duas ferramentas criadas pela ONU e por um organismo parceiro, para ajudar a facilitar o comércio de produtos biológicos.

As novas ferramentas são fruto de seis anos de esforços conjuntos por parte da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Biológica (IFOAM), a organização de cúpula do sector da agricultura biológica a nível mundial.

A ferramenta *Equitool* é um guia destinado a ajudar os decisores a avaliarem se uma norma de produção e transformação agrobiológica aplicável numa região do mundo é equivalente a, ou tão válida como, outra norma agrobiológica.

“Esta ferramenta facilita o comércio e, simultaneamente,

protege a produção biológica praticada em conformidade com as condições socioeconómicas e agroecológicas locais”, diz a FAO, num comunicado de imprensa.

A segunda ferramenta, denominada IROCB (*International Requirements for Organic Certification Bodies*) é um conjunto de critérios mínimos de desempenho aplicáveis a organismos de certificação biológica e destina-se a permitir a importação de produtos certificados em conformidade com sistemas de controlo estrangeiros.

As duas ferramentas foram aprovadas na última reunião do Grupo de Trabalho Internacional sobre Harmonização e Equivalência no domínio da agricultura biológica (GTI).

[Para mais informações](#)

Piscicultura pode não conseguir acompanhar a procura mundial, revela relatório da FAO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) expressou preocupação perante a possibilidade de a indústria da piscicultura vir a ter dificuldade em satisfazer a procura mundial de peixe no futuro, já que uma população mundial crescente consumirá cada vez mais peixe e os pequenos agricultores dos países pobres terão dificuldade em exportar os seus produtos.

Segundo esta organização, a necessidade de uma maior produção de peixe da aquicultura acentuou-se porque as capturas da chamada pesca tradicional nos mares, lagos e rios do mundo atingiram o limite em termos de produção.

"Resta saber se o sector da aquicultura conseguirá crescer suficientemente depressa para satisfazer a procura projectada de peixe e, simultaneamente, assegurar a protecção dos consumidores, manter a integridade do ambiente e garantir a responsabilidade social", afirma um relatório da FAO.

Por outro lado, o rápido crescimento do sector da aquicultura está a abrandar, e as taxas de crescimento anuais, que atingiram 10% entre 1985 e 1995, diminuíram para 7% na década seguinte.

[Para mais informações](#)

PNUA lança nova iniciativa para estimular crescimento do mercado "verde"



Impulsionar o investimento em tecnologias limpas e em recursos naturais é a melhor maneira de incentivar um crescimento económico mundial real, disseram, em Londres, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e os principais economistas do mundo, por ocasião do lançamento da nova iniciativa "Economia Verde".

O projecto, que tem um orçamento de 4 milhões de dólares, pretende aproveitar a oportunidade histórica de reorientar a economia mundial para investimentos compatíveis com o ambiente, a fim de combater as alterações climáticas e, simultaneamente, desencadear uma expansão do emprego.

Achim Steiner, Director Executivo do PNUA, disse que as crises financeira, petrolífera e alimentar de 2008 se devem em parte à especulação e à incapacidade dos governos no que se refere a "gerir inteligentemente" os mercados, para além de darem origem a perdas de recursos da natureza

e a uma dependência excessiva de combustíveis fósseis finitos.

"O reverso da medalha são os enormes benefícios económicos, sociais e ambientais susceptíveis de decorrer da luta contra as alterações climáticas e do reinvestimento na infraestrutura natural – benefícios que vão desde novos empregos ecológicos em tecnologias limpas e em empresas do sector das energias limpas a empregos em empresas baseadas na conservação, que se dedicam à agricultura sustentável".

A iniciativa "Economia Verde" é composta por três pilares principais: impulsionar o potencial da natureza no mundo inteiro, incentivar o crescimento do emprego e definir claramente as acções que podem ser empreendidas para acelerar a transição para uma economia mais compatível com o ambiente.

Os cinco sectores identificados pela iniciativa como sendo os que mais probabilidade têm de gerar os melhores resultados são os das energias e tecnologias limpas, agricultura sustentável, infra-estrutura de ecossistemas e planeamento urbano sustentável.

[Para mais informações](#)

Acidificação dos oceanos avança a um ritmo sem precedentes



A acidificação dos oceanos, devida à absorção de dióxido de carbono em grande quantidade, está a acelerar a um ritmo sem precedentes e ameaça os ecossistemas marinhos e os meios de subsistência de dezenas de milhares de pessoas, concluíram os cientistas que participaram num simpósio recente no Mónaco.

"Os nossos oceanos estão doentes. Não sabemos exactamente até que ponto mas existem, a nosso ver, provas suficientes para podermos afirmar que a química dos oceanos está a mudar, o que vai afectar determinados organismos marinhos, e os governantes têm de reagir e ter em consideração este fenómeno", declarou James Orr, da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e presidente do Simpósio, citado num comunicado da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

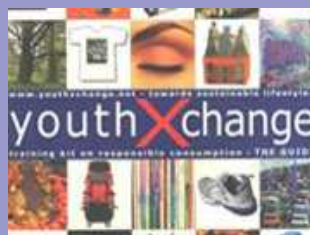
Este simpósio, no qual participaram 250 cientistas oriundos de 32 países, decorreu de 6 a 9 de Outubro e foi organizado pela Comissão Oceanográfica Internacional (COI) da UNESCO, o Comité Científico para as Investigações Oceânicas (SCOR), a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e o Programa Internacional Geosfera-Biosfera (PIGB), com o apoio da Fundação Príncipe Alberto II do Mónaco e de vários outros parceiros.

"Desde a revolução industrial, a acidez das águas de superfície dos oceanos aumentou 30%. Esta alteração tem maior amplitude e é 100 vezes mais rápida do que os anteriores episódios de acidificação sofridos pelos oceanos desde há vários milhões de anos", explicou James Orr.

Os cientistas presentes na conferência do Mónaco chegaram a acordo quanto à necessidade de aprofundar a investigação para se compreender as implicações e o impacto do actual fenómeno de acidificação. Também insistiram no facto de a redução das emissões de carbono ser a única via eficaz para estabilizar e inverter o processo de acidificação.

[Para mais informações](#)

Guia da ONU permite que jovens mantenham um ar cool e salvem o planeta



consumo sustentável entre os jovens no mundo inteiro.

O guia deste ano, que é uma versão actualizada do de 2002, inclui um novo capítulo sobre a forma de conciliar o desejo de andar vestido à moda com a necessidade de não esquecer o impacto do consumo no aquecimento do planeta.

"Comprar um produto, seja ele qual for, nunca é um acto neutro para o ambiente", disse o Director-Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura. "A produção e utilização desse produto e a gestão dos resíduos que gera são factores que têm um impacto, maior ou menor, no nosso planeta".

Uma versão actualizada de uma iniciativa de dois organismos das Nações Unidas destinada a inverter as actuais tendências de consumo, reduzindo os resíduos de produtos que ficam fora de uso, tais como telemóveis e vestuário fora de moda, permite que os jovens continuem na moda e, ao mesmo tempo, participem na luta contra as alterações climáticas.

Produzido pelo PNUA e a UNESCO, o guia de formação da iniciativa [YouthXchange](#) destina-se a promover o

[Para mais informações](#)

Libano precisa de leis mais fortes contra o tráfico de seres humanos



Libano e a Moldávia a combaterem o problema, nomeadamente desenvolvendo em conjunto material para ajudar as vítimas, os governos e o pessoal das organizações não governamentais (ONG).

Um novo relatório encomendado pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade (UNODC) preconiza o reforço das leis e dos mecanismos de justiça penal, com vista a combater o tráfico de seres humanos no Libano, um país de destino das vítimas do contrabando de seres humanos de países da Europa Oriental, como a Moldávia.

No Libano, apenas são oficialmente identificados, por ano, 60 casos envolvendo vítimas de tráfico de seres humanos, afirma o relatório, que é fruto do trabalho de investigação realizado entre 2005 e 2007 pela Statistics Lebanon, uma organização com sede em Beirute, em cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

No seguimento da divulgação do relatório, o UNODC está a trabalhar no sentido de ajudar o

As acções desenvolvidas incluem também a prestação de informação, às autoridades libanesas responsáveis pela migração, sobre os direitos das vítimas de tráfico da Moldávia e informar as vítimas potenciais dos serviços de apoio e protecção a que podem recorrer ao regressarem à Moldávia.

O UNODC está simultaneamente a trabalhar com o Ministério da Justiça libanês com vista a incorporar o tráfico de seres humanos como crime no código penal nacional. "Esperamos produzir um projecto de lei até ao final do ano, para apreciação posterior pelo parlamento", disse Renee Sabbagh, Coordenadora Nacional do UNODC em Beirute.

ONU associa-se à INTERPOL para criar primeira academia anti-corrupção do mundo

Um novo acordo entre o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade (UNODC) e a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) vai permitir a criação do primeiro centro de formação do mundo dedicado à educação, investigação e formação no domínio da prevenção e luta contra a corrupção.

A Academia Internacional Anti-Corrupção, que se localizará em Laxenburg, nos arredores de Viena, vai criar programas de ensino e ferramentas de formação, bem como realizar cursos de formação e de educação no domínio da luta contra a corrupção.

"Isto irá fortalecer a capacidade de prevenir, avaliar e combater a corrupção", afirmou o Director Executivo do UNODC, Antonio Maria Costa.

Uma das áreas a que a Academia dará mais destaque será a da formação de peritos para trabalharem em organismos anti-corrupção e unidades de

informação financeira. "Esta Academia vai preparar agentes anti-corrupção, de modo a garantir a integridade na forma como se processam os negócios públicos e privados", declarou Antonio Maria Costa.

Prevê-se que a Academia abra as suas portas na segunda metade de 2009, quando estiverem resolvidas as várias questões administrativas, financeiras e de pessoal.

O UNODC e a INTERPOL esperam que outras organizações, tais como o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE), bem como outras instituições académicas e o sector privado, contribuam para o funcionamento e financiamento da Academia.

[Para mais informações](#)

Tratados sobre pessoas com deficiência e migrantes dominam sessão de ratificação na ONU



A Convenção para a Protecção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados recebeu cinco assinaturas (Bulgária, Grécia, Islândia, República Democrática do Laos e a Tanzânia) e uma ratificação (França). São ainda necessárias 15 ratificações para que entre em vigor.

Este ano, 42 Estados assinaram ou ratificaram Tratados das Nações Unidas, durante a passagem dos seus dirigentes por Nova Iorque, tendo merecido especial destaque os tratados sobre os direitos das pessoas com deficiência, dos migrantes, das mulheres e das crianças.

A presença de numerosos chefes de Estado e de Governo na ONU, por ocasião da abertura da Assembleia Geral é aproveitada, todos os anos, para a realização de uma sessão de ratificação e de assinatura de tratados, à margem das reuniões. A sessão de 2008 permitiu 81 assinaturas, adesões e ratificações.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi o tratado que mereceu mais atenção, com seis assinaturas e três ratificações (Austria, Nova Zelândia e Uganda), o que eleva o número de Estados Partes para 40.

O Segundo Protocolo Facultativo referente ao Pacto sobre os Direitos Cívicos e Políticos, que tem que ver com a abolição da pena de morte, foi ratificado pelo Chile, o que elevou o número de Estados Partes a 68.

O Tratado de Proibição Total dos Ensaaios Nucleares foi assinado por Timor-Leste e ratificado pelo Burundi. Este Tratado conta com 145 Estados Partes.

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção recebeu três ratificações: da Bélgica, da Malásia e da Tunísia.

[Para mais informações](#)



TPI pretende mais provas para decidir sobre mandado de detenção contra Presidente sudanês

O Juízo de Instrução I do Tribunal Penal Internacional (TPI) pretende provas suplementares no quadro do pedido de emissão de um mandado de detenção contra o Presidente sudanês Omar Al-Bashir, solicitada pelo Procurador.

"O Juízo de Instrução I proferiu um despacho em que solicita ao Gabinete do Procurador que lhe comunique, o mais tardar até às 16h do dia 17 de Novembro, elementos suplementares sobre certos aspectos confidenciais do seu pedido de emissão de um mandado de detenção contra o Presidente sudanês Omar Hassan Al-Bashir", anuncia hoje um comunicado do TPI.

A 14 de Julho, o Procurador apresentou aos juizes de instrução um pedido no sentido de que fosse emitido um mandado de detenção contra o Presidente sudanês por crimes de

guerra, crimes contra a humanidade e crime de genocídio, que o Sr. Al-Bashir teria cometido por intermédio de membros do aparelho de Estado, do exército e das milícias Janjaweed, no quadro de um conflito armado contra grupos rebeldes organizados.

A situação no Darfur foi remetida para o TPI, a 31 de Março de 2005, pela resolução 1593 (2005) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A 6 de Junho do mesmo ano, o Procurador decidiu abrir um inquérito.

[Para mais informações](#)

O CANTO DA RÁDIO ONU *

Presidente de Portugal, Anibal Cavaco Silva, visitou a Rádio ONU em Português em Setembro como parte de sua viagem às Nações Unidas para participar dos debates da Assembleia Geral. Nesta entrevista exclusiva à Mônica Villela Grayley e Cátia Marinheiro, Cavaco Silva explica sua proposta de internacionalizar a língua portuguesa, fala da crise financeira mundial e da política de acolhimento de refugiados em Portugal.



Rádio ONU: Qual é a mensagem que o sr. está trazendo às Nações Unidas?

Cavaco Silva: Uma das mensagens que trago a esta Assembleia Geral das Nações Unidas é precisamente a mensagem que resultou da última Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que teve lugar em Lisboa, no mês de julho. Portugal assumiu a presidência desta Comunidade durante dois anos. E uma das prioridades acordadas por todos os chefes de Estado e ministros de Negócios Estrangeiros e Primeiros-Ministros foi precisamente o reforço da afirmação e da projecção internacional da língua portuguesa, em particular nas organizações internacionais. Na minha intervenção não deixarei de referir esta mensagem.

Rádio ONU: O sr. é um professor de Economia renomado. Poderia nos dizer qual é a sua opinião sobre a crise financeira internacional e como esta crise poderia ser resolvida a curto prazo?

Cavaco Silva: A curto prazo certamente não terá solução. Eu tenho a minha opinião como economista, mas quero neste momento colher as opiniões daqueles que estão perto deste epicentro da crise e conhecem aquilo que foi feito e aquilo que falhou. Na minha opinião, muita coisa falhou. Falhou a supervisão, falhou a regulação e faltou com certeza a actuação de alguns Bancos Centrais. E como os mercados hoje são globais, embora a crise, a bolha tenha emergido acima de tudo nos Estados Unidos, as vítimas estão espalhadas por todo o mundo incluindo a América Latina, a África, a Ásia, a Europa e Portugal. Espero que se aprenda, que se tirem as lições desta crise para que não se repita, no futuro, com os custos sobre os contribuintes norte-americanos mas também sobre todos aqueles que têm que pagar uma taxa de juro para os empréstimos que contraem, para a casa, ou para actividades comerciais e aqueles que querem contrair crédito e que

agora não encontram nos mercados internacionais. Penso que a crise vai ser ultrapassada, mas teríamos que definir o curto prazo como algo que os economistas chamam médio prazo para dizer que ela vai ser ultrapassada.

Rádio ONU: Vários órgãos de imprensa têm descrito o senhor como pai da proposta de globalização da língua portuguesa.

Cavaco Silva: Eu comecei a discutir esta proposta com os outros chefes de Estado dos países de língua oficial portuguesa. Antes de estar no Brasil, estive com o presidente Lula em Santiago do Chile e aí falámos de uma acção conjunta para a internacionalização da língua portuguesa. Em Moçambique, também falei com o presidente Guebuza sobre o que fazer neste sentido portanto coordenámos os esforços. E esta língua só pode ser uma realidade falada, respeitada, estudada pela comunidade internacional se ela reflectir uma comunidade que tem afinidades culturais fortes, mas também tem afinidades políticas. E daí que Portugal aposte de forma muito forte no fortalecimento da comunidade dos povos de língua portuguesa. E neste momento, a língua portuguesa já é língua de trabalho na União Europeia, na União Africana, na Comunidade de Países Ibero-Americanos e para dar um sinal, talvez, um gesto, algo simbólico, Portugal com a presidência da CPLP, fez um esforço para que todos os chefes de delegações na Assembleia Geral possam falar em português assegurando a tradução simultânea. Eu acredito muito até no valor económico da língua. E estamos a ter o empenho, neste momento, do maior país da comunidade que é o Brasil. Se nós falamos numa comunidade de 220 milhões de falantes, temos que ter em conta que o Brasil tem 190 milhões de habitantes. Temos Angola, temos Moçambique. Eu acredito nesta comunidade, na sua projecção internacional, pelo que ela significa de peso cultural e também de peso político.

Rádio ONU: Como é que esta promoção da língua portuguesa pode gerar mais poder político para os países lusófonos?

Cavaco Silva: Bem, em primeiro lugar é necessário fazer um esforço para que a língua portuguesa seja mais ensinada em determinados países, como por exemplo Timor-Leste, onde estão muitos professores de Portugal e do Brasil. Ela precisa de ser mais ensinada em Moçambique porque em

todos os países é sempre uma língua veicular, em que diferentes etnias comunicam. Mas é preciso reforçar o ensino da língua. Depois é preciso ter mais funcionários técnicos de língua portuguesa nas organizações internacionais. Aqui nas Nações Unidas. Eu, muito sinceramente, digo que a presença dos falantes de português na ONU e nas demais organizações está muito subestimada. Deve aumentar e devemos actuar com conjunto para que possa aumentar. Terei um almoço de trabalho com os chefes de Estado de língua portuguesa para fixarmos uma agenda sobre o que já fizemos desde Julho e o que temos que fazer tendo em mente a maior organização internacional que é a ONU. Nós vamos discutir aquilo que já estamos a fazer e o mais que podemos fazer para que se atinja a ambição e vou dizer-lhe qual é a ambição. A ambição é que o português seja uma língua oficial das Nações Unidas.

Rádio ONU: E já podemos falar em cronograma para isso, presidente?

Cavaco Silva: Neste momento ainda não. Eu quando faço uma promessa gosto de ter quase certeza de que pode ser cumprida. Agora, posso garantir que Portugal, durante sua presidência, vai tomar iniciativas para que o português seja cada vez mais reconhecido como uma língua internacional porque, se for reconhecido, será cada vez mais ensinado. Tenho tido imensas alegrias. Recentemente, na Polónia, fui encontrar um liceu que se chama Rui Barbosa. O humanista brasileiro que, em 1908, se não me engano, numa Conferência Internacional em Haia, defendeu a independência da Polónia. E assim nasceu o português, há imensos alunos que estudam o português. E foi uma alegria imensa ver alunos a recitarem Fernando Pessoa e um jovem a explicar como a sua vida tinha melhorado, substancialmente, do ponto de vista profissional depois de ter aprendido português.

(continua na página 19)

* Colaboração da Rádio ONU

O CANTO DA RÁDIO ONU * (continuação)

Rádio ONU: O alto comissário das Nações Unidas para Refugiados, António Guterres, recentemente afirmou que a Europa tem que abrigar mais refugiados. Esta questão está a gerar alguma polémica?

Cavaco Silva: Não está a gerar polémica pois Portugal já aumentou o número de refugiados que vai receber. Não há muito tempo, eu próprio fui visitar o Centro de Acolhimento de Refugiados em Portugal.

Funciona bastante bem. Encontrei lá muitos refugiados e falei com eles. O que eles não querem é sair de Portugal, sentem-se tão bem. Encontrei refugiados que já tinham se casado em Portugal e vi os filhos deles lá.

Acho que o Alto-Comissário Guterres tem feito um excelente trabalho à frente do Acnur e Portugal está muito aberto a colaborar, tem vindo a colaborar e as condições que tem criado para acolher os refugiados, penso que fazem inveja a muitos

outros países. Não estamos a fazer mais do que aquilo que compete fazer de acordo com a nossa defesa dos valores e dos princípios que inspiram as Nações Unidas.

* **Colaboração da Rádio ONU**

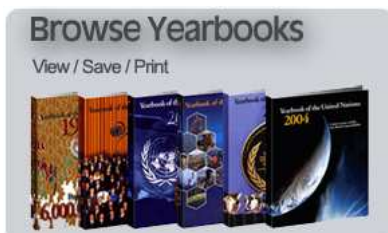
Anuário das Nações Unidas agora disponível em linha

O Departamento de Informação Pública da ONU lançou a publicação em linha do Anuário das Nações Unidas (*Yearbook of the United Nations*), uma obra de referência que apresenta a totalidade das actividades levadas a cabo pelo sistema das Nações Unidas. O novo sítio Web permite um acesso gratuito aos 59 volumes que constituem o Anuário, uma colecção que descreve pormenorizadamente as actividades e as realizações do sistema das Nações Unidas durante os primeiros 60 anos da sua existência (1946-2005). O sítio será actualizado regularmente, à medida que as novas edições forem estando disponíveis.

Esta versão em linha foi lançada por ocasião do primeiro Dia do Livro da ONU, uma iniciativa organizada pelo Departamento de Informação Pública, a 9 e 10 de Outubro de 2008, na sede da ONU em Nova Iorque.

“O Anuário das Nações Unidas é uma fonte indispensável de informação para todos os que se interessam pelas Nações Unidas e o seu trabalho”, declarou Kiyo Akasaka, Secretário-Geral Adjunto para a Informação e a Comunicação, que presidiu ao evento.

O *Yearbook of the United Nations* continua a ser a obra de referência mais completa e que faz autoridade sobre as actividades da Organização. Cada volume contém um índice exaustivo bem como os textos e os resultados das votações de todas as resoluções e decisões importantes da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança e do Conselho Económico e Social. Para mais informações sobre o Anuário e aceder a toda a colecção, visite <http://unyearbook.un.org>.



UNESCO – um egípcio e um português laureados com Prémio Sharjah para a Cultura Árabe 2008



©Al-Munji Ammar / Dept. of Culture and Information, U.A.E.

O Prémio Sharjah 2008 para a Cultura Árabe foi atribuído pelo Director-Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, ao professor egípcio Gaber Asfour e ao escritor português Adalberto Alves, na sequência das recomendações do júri internacional que analisou as 33 candidaturas apresentadas por 20 Estados-membros da UNESCO.

O prémio será entregue aos laureados durante uma cerimónia que terá lugar na sede da UNESCO, em Paris, a 17 de Novembro, informa a organização, num comunicado publicado hoje.

O Dr. Gaber Asfour, docente em várias universidades do mundo árabe, na Europa e nos Estados Unidos, foi Presidente do Conselho Superior da Cultura Egípcia. Actualmente responsável pela Fundação Nacional da Tradução, no Cairo, desempenha um papel importante na divulgação da cultura árabe. A sua obra, como crítico literário, é muito original, sendo mundialmente reconhecida. Grande defensor do diálogo intercultural, soube promover valores como os direitos da mulher, o respeito pelo outro, a diversidade criadora e a tolerância.

O escritor, poeta e orientalista português Adalberto Alves – cujo nome completo é José Adalberto Coelho Alves – preside actualmente ao Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves. A sua obra inspirou numerosos autores espanhóis e portugueses e contribuiu significativamente para a

divulgação da história e da cultura árabes durante o período islâmico em Portugal (*Gharb al-Andalus*). Actualmente, está a trabalhar num dicionário de palavras portuguesas de origem árabe. Foi Presidente da Comissão Instaladora da Fundação da Memória Árabe, Vice-Presidente do Instituto Luso-Árabe-Português para a Cooperação e membro do Conselho de Administração da Fundação Portuguesa da Herança Árabe-Islâmica.

O Prémio Sharjah, no valor de 30 000 dólares para cada laureado, concedidos pelo Governo do Emirado de Sharjah, foi proposto pelo Xequê Sultão Bin Mohamed Al-Qassimi e aprovado pelo Conselho Executivo da UNESCO, em 1998. Visa distinguir personalidades, grupos ou instituições que tenham contribuído de uma forma significativa para o desenvolvimento, a difusão e a promoção da cultura árabe no mundo, bem como para a preservação e a revitalização do património cultural imaterial árabe.

Em 2001, ano da sua primeira edição, o prémio foi atribuído ao poeta e universitário Abdulaziz El Makaleh (Iémen) e ao professor Abdul Rhaman Na Zhong (República Popular da China). Em 2003, os laureados foram os Professores Bin Salem Himmich (Marrocos) e Esad Duraković (Bósnia-Herzegovina). Em 2004, foi atribuído aos Professores Abdelwahab Buhdiba (Tunísia) e Juan Vernet Ginés (Espanha). Em 2005, Tahar Uettar (Argélia) e o Padre Michel Lagarde (Santa Sé) foram os laureados. Em 2006, os laureados foram Jamal Al Shalabi (Jordânia) e Yordan Peev (Bulgária). Em 2007, o Prémio foi atribuído a Aladine Lolah (Síria) e Shah Abdus Salam (Índia).

Para mais informações (em inglês)

POLÍCIAS PARA A PAZ

Estabelecimento de Operações de Polícia em Missões de Paz

Quadro Normativo

Antero Lopes

“Team leader” da Capacidade Permanente de Polícia da ONU
e “Police Commissioner”



Introdução

Como é sabido, a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, em 26 de Junho de 1945, é a base de todo o trabalho e funcionamento da ONU. Sendo as Nações Unidas uma Organização fundada para ajudar a salvar a Humanidade dos horrores da guerra, a manutenção da paz (*Peacekeeping*) e segurança mundial continua a ser um dos seus objectivos principais. As actividades de *Peacekeeping*, apesar de não estarem explicitamente referidas na Carta, tornaram-se numa das ferramentas mais utilizadas pela Organização para atingir aqueles objectivos. As actividades de polícia inserem-se num quadro, normalmente multidimensional, de operações de paz¹ aprovadas por Resolução do Conselho de Segurança. Neste artigo, abordaremos sobretudo o quadro normativo das missões de paz lideradas pelo DPKO². Concentraremos a nossa análise no papel do Conselho de Segurança, os diversos tipos de mandatos e a respectiva evolução, bem como a moldura legal internacional, nomeadamente no âmbito dos direitos humanos e do direito humanitário.

A Carta das Nações Unidas e os Mandatos do Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança é o órgão da ONU responsável pela manutenção da paz e segurança internacional, podendo para tal efeito adoptar uma série de medidas incluindo o estabelecimento de operações de paz, nos termos dos capítulos VI, VII ou VIII da Carta. Enquanto o capítulo VI contém

disposições sobre a resolução pacífica dos conflitos, o capítulo VII prevê intervenções relativas à preservação da paz, e à contenção de ameaças à paz e actos de agressão³. O capítulo VIII contempla a intervenção de mecanismos regionais na manutenção da paz e segurança internacional, devendo tais actividades ser conformes com os objectivos e princípios enunciados no capítulo I da Carta. Note-se que o Conselho de Segurança não necessita de fazer qualquer referência explícita a um capítulo específico da Carta quando aprova uma Resolução autorizando o estabelecimento de uma operação de manutenção da paz (por exemplo, nunca fez referência ao capítulo VI). Mais recentemente, no caso do estabelecimento de operações de paz em territórios com condições de segurança voláteis, onde o Conselho de Segurança considera que as respectivas autoridades nacionais não possuem capacidade para manter a segurança e ordem pública, é comum referir o capítulo VII.

Note-se que tal referência representa não só o estabelecimento de uma base legal para a utilização da força proporcional e necessária para a neutralização da ameaça, mas também um empenho político e uma forma de alertar os beligerantes, assim como o sistema das Nações Unidas, para a necessidade de implementar as decisões do Conselho de Segurança. No que se refere às intervenções policiais no âmbito de missões de paz, afigura-se necessária uma referência explícita na Resolução do Conselho de Segurança que aprova o mandato da respectiva operação para que a componente de polícia tenha autoridade executiva⁴. Caso contrário, independentemente da operação de paz poder ser estabelecida no quadro do capítulo VII⁵, e da componente policial eventualmente possuir os meios necessários para a utilização proporcional da força para assegurar a ordem pública, a Polícia das Nações Unidas (UNPol) actua sem legalmente ter poderes de polícia, em apoio das instituições congéneres autóctones, ao mesmo tempo que procede à capacitação

destas. Normalmente, no decurso do estabelecimento da missão de paz, é celebrado um acordo suplementar com as autoridades autóctones regulamentando especificamente as actividades de polícia e esclarecendo detalhadamente o papel da UNPol no respectivo território.

Tarefas das Operações de Paz

As competências e responsabilidades de cada operação de paz estão definidas no mandato aprovado por Resolução do Conselho de Segurança, sem o qual não se pode estabelecer uma missão de paz. Tais mandatos diferem em cada situação, dependendo da natureza do conflito e dos desafios específicos de cada cenário. Atendendo a que as operações de paz são estabelecidas se houver uma ameaça à paz e segurança internacional, normalmente num quadro de cessar-fogo ou de implementação de acordos de paz, tais acordos firmados entre as partes beligerantes influenciam significativamente a linguagem do mandato da operação de paz a estabelecer no território afectado⁶. Os mandatos do Conselho de Segurança são normalmente abrangentes e reflectem ainda outras temáticas que fazem parte da agenda internacional. Temas transversais, tais como o género⁷ ou a protecção de populações civis⁸ e de crianças⁹ em situações de conflito armado, são âmbito de Resoluções específicas aprovadas pelo Conselho de Segurança e normalmente fazem parte dos mandatos das operações de paz multidimensionais.

(continua na página 21)

¹Neste texto, referimos “operações de paz” e “missões de paz” com o mesmo significado.

²DPKO (*Department of Peacekeeping Operations*) é a sigla utilizada para designar o Departamento de Operações de Manutenção da Paz, no Secretariado da ONU.

³O capítulo VII legitima o uso da força para, por exemplo, os elementos de uma operação de paz actuarem em legítima defesa face a um acto de agressão, sem o prévio consentimento expresso das autoridades do país que acolhe a operação de paz. Fazem-se também referências a este tipo de mandatos como sendo de *peace enforcement*, isto é, de aplicação da paz.

⁴A Polícia das Nações Unidas tem ou teve responsabilidades executivas, *de facto* e *de jure*, em operações de paz na Eslovénia Oriental (UNTAES), no Kosovo (UNMIK) e em Timor-Leste (UNTAET, UNMISSET e UNMIT), normalmente coincidindo com as responsabilidades de administração transitória conferidas à ONU (excepção da UNMIT, onde as Nações Unidas não têm qualquer mandato de administração transitória).

⁵Até à data, não há registo de intervenções de polícia em operações de paz no âmbito do capítulo VIII.

⁶Designa-se por “área de operações” o território no qual uma missão de paz é estabelecida, com mandato aprovado pelo Conselho de Segurança.

⁷Cf. Resolução do Conselho de Segurança 1325 (2000), sobre a mulher, paz e segurança.

⁸Cf. Resolução do Conselho de Segurança 1674 (2006) sobre a protecção de civis em conflito armado.

⁹Cf. Resolução do Conselho de Segurança 1612 (2005) sobre crianças e o conflito armado.

POLÍCIAS PARA A PAZ (continuação)

Tradicionalmente, os mandatos de *Peacekeeping* aprovados pelo Conselho de Segurança eram sobretudo de natureza militar, envolvendo actividades de: i) observação, monitorização e relato (por exemplo, através de patrulhas, postos de observação ou voos de reconhecimento); ii) observação do cessar-fogo e apoio a mecanismos de verificação; iii) interposição, como medida de confiança.

No contexto hodierno, de missões de paz multidimensionais, as funções principais incluem: i) criação de um ambiente seguro e estável, enquanto é fortalecida a capacidade do Estado para garantir segurança, em respeito total pelos princípios do estado de direito e os direitos humanos; ii) facilitação do processo político através da promoção do diálogo e reconciliação, e do apoio ao estabelecimento de instituições legítimas e efectivas de governação; iii) proporcionar um quadro de coordenação assegurando que as Nações Unidas e os outros actores internacionais prosseguem as suas actividades no país de uma forma coerente¹⁰. Os mandatos multidimensionais incluem normalmente tarefas de assistência às instituições de polícia (em sentido lato) autóctones, incluindo actividades de reforma e apoio operacional. Em alguns casos, como referimos em artigos anteriores, os mandatos das operações de paz são eminentemente concentrados nos esforços de polícia¹¹, enquanto, por exemplo, o elemento militar é fornecido ao nível bilateral ou regional.

O Direito Internacional – Direitos Humanos e Lei Humanitária

O acervo de legislação sobre direitos humanos é parte integrante do quadro normativo das missões de paz da ONU. A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que os direitos humanos e liberdades fundamentais são universais e devem ser garantidos a todos os seres humanos. As operações de paz devem ser conduzidas em total respeito pelos direitos humanos e devem pugnar por promover os direitos humanos através dos seus mandatos.

O abuso e violação dos direitos humanos está na origem da maioria dos actuais conflitos, sendo também uma consequência dos mesmos. Muitas das atrocidades e violações de direitos humanos actualmente cometidas ocorrem durante situações de conflito armado. Portanto, a protecção de

tais direitos tem que estar no cerne das acções encetadas pelas operações de paz para combater tais violações.

A maioria das missões de paz multidimensionais estão mandatadas e equipadas para promover e proteger os direitos humanos através da monitorização e assistência à investigação das respectivas violações, bem como para capacitar as instituições e actores autóctones para procederem a tais esforços. A integração dos direitos humanos e a sustentabilidade dos programas de direitos humanos são sempre um factor-chave no planeamento das operações de paz multidimensionais e constituem um referencial de base para o trabalho da componente policial em cada missão de paz.

O direito humanitário internacional, também conhecido como o “direito da guerra” ou o “direito do conflito armado”, restringe os meios e métodos do conflito armado, sendo importante para as operações de paz das Nações Unidas dado que estas são a maioria das vezes estabelecidas em zonas onde existe conflito armado ou onde o conflito armado se encontra latente, podendo despoletar-se ou reiniciar-se. Acresce que em cenários pós-conflito existe normalmente um significativo número de civis que foram atacados pelas partes beligerantes, prisioneiros de guerra e outros grupos vulneráveis aos quais o direito internacional humanitário é aplicável.

O direito internacional humanitário está consubstanciado nas quatro Convenções de Genebra de 1949 e nos respectivos Protocolos Adicionais de 1977, bem como em normas regulamentando os meios e métodos de combate autorizados. O direito internacional humanitário inclui convenções e tratados sobre a protecção das vítimas durante o conflito, bem como sobre a propriedade cultural e o ambiente, durante o conflito. O direito internacional humanitário está vocacionado para a protecção dos que não participam, ou deixaram de participar, nas hostilidades. Consagra os direitos fundamentais dos civis, vítimas e não-combatentes em conflito armado. Os elementos das operações de paz da ONU devem compreender e aplicar os princípios e as regras do direito internacional humanitário, conforme previsto no Boletim do Secretário-geral sobre o Cumprimento do Direito Internacional Humanitário pelas Forças das Nações Unidas¹².

Conclusão

A Carta das Nações Unidas estabelece o quadro que permite à ONU e ao seu Conselho de Segurança operar e estabelecer operações de paz multidimensionais em territórios afectados pelo conflito, que pode constituir uma ameaça à paz e segurança internacional. As Resoluções do Conselho de Segurança definem o mandato das missões de paz e são condição necessária para o estabelecimento destas operações e das respectivas componentes de polícia.

O espectro de tarefas cometidas às missões de paz das Nações Unidas evoluiu significativamente, tornando-se mais abrangente, em resposta às mudanças do paradigma do conflito, permitindo assim à comunidade internacional responder cabalmente às actuais ameaças à paz e segurança.

Apesar de cada operação de paz ser diferente entre si, há um certo grau de consistência em relação aos diversos tipos de mandatos atribuídos pelo Conselho de Segurança. Os aspectos de polícia são amiúde relevados, num quadro multifuncional incluindo capacitação institucional e prestação de apoio operacional temporário, ou ainda autoridade executiva quando explicitamente autorizado. Existem áreas transversais sistematicamente contempladas nos modernos mandatos.

Os acervos internacionais de direitos humanos e de direito humanitário emolduram e integram as operações de paz, cujas actividades devem prosseguir a promoção e protecção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como garantir a protecção de civis, vítimas e não-combatentes, assim como limitar os meios e métodos de guerra utilizados pelos beligerantes, respectivamente.

Os países contribuintes com efectivos de polícia podem pautar o seu apoio a Missões de Paz¹³ através das tarefas atribuídas pelas respectivas Resoluções do Conselho de Segurança, bem como analisando os conceitos de operações relativos às respectivas componentes de polícia e ainda considerando as directivas sobre o uso da força aplicáveis em cada missão de paz¹⁴.

¹⁰Cf. *United Nations Peacekeeping Operations – Principles and Guidelines*, 2008, Secretariado da ONU, Nova Iorque.

¹¹Refiram-se, a este preceito, os mandatos das operações de paz i) UNMIBH/IPTF, na Bósnia-Herzegovina, ii) UNTAES, na Eslovénia Oriental, iii) UNMIK, no Kosovo, iv) UNMIT, em Timor-Leste, e v) MINURCAT, no Chade.

¹²Cf. ST/GB/1999/13, publicado em 6 de Agosto de 1999.

¹³No âmbito da Carta das Nações Unidas, os países têm o dever solidário de contribuir com pessoal, recursos materiais e recursos financeiros para as operações de paz.

¹⁴A metodologia sugerida é também aplicável a contribuições dos Estados membros da ONU noutras áreas.

O AMBIENTE EM PERSPECTIVA***Mercurio: UE decide proibição da exportação e armazenamento seguro**

O Parlamento Europeu negociou com o Conselho a proibição da exportação de mercúrio metálico e de determinados compostos e misturas de mercúrio a partir de 15 de Março de 2011. Os compostos incluídos na proibição de exportação são o cinábrio (sulfureto de mercúrio), o calomelano e óxido de mercúrio, com algumas excepções para investigação e medicina. Ao mesmo tempo decidiu que o mercúrio, enquanto resíduo perigoso, deve ter o seu armazenamento seguro no subsolo.

O mercúrio e os seus compostos são altamente tóxicos para os seres humanos e, em especial, para o desenvolvimento do sistema nervoso das crianças. São igualmente nocivos para os ecossistemas e para a vida selvagem. Doses elevadas podem ser fatais para os seres humanos, mas mesmo doses relativamente pequenas podem ter graves efeitos adversos para o desenvolvimento neurológico e foram recentemente associadas a possíveis efeitos nocivos sobre os sistemas cardiovascular, imunitário e reprodutivo. No meio ambiente, o mercúrio pode transformar-se em metilmercúrio, que tem a capacidade de se bioacumular e concentrar nas cadeias alimentares, especialmente na cadeia alimentar aquática.

Diversos aspectos ficaram, para já, de fora do acordo de compromisso, incluindo a inclusão na proibição de exportação dos produtos que contêm mercúrio e cuja venda é proibida na

Europa, assim como uma proibição de importação, o que motivou objecções por parte de organizações não governamentais. “Lamentamos que produtos que contenham mercúrio e que são proibidos na Europa não estejam incluídos na proibição de exportação, porque acreditamos que este facto constitui um padrão dúbio que prejudica a saúde pública”, disse Lisette van Vliet da “Saúde sem Danos - Europa” (*Health Care Without Harm Europe*). “Contudo, esperamos que o impulso dado pela proibição venha a atacar mais usos, à medida que cada vez mais países reconheçam a necessidade de acabar com a utilização deste líquido tóxico.”

Até 1 de Janeiro de 2010, a Comissão Europeia promoverá um intercâmbio de informações entre Estados-Membros e partes interessadas para examinar a necessidade de alargar a proibição de exportação a outros compostos de mercúrio, às misturas com baixo teor de mercúrio e aos produtos que contêm mercúrio, nomeadamente termómetros e barómetros. Na sequência, o mais tardar em 15 de Março de 2013, a Comissão apresentará um relatório, eventualmente acompanhado de uma proposta de revisão do presente regulamento, ao Parlamento Europeu e ao Conselho, que deverá reflectir os resultados desse intercâmbio.

No exterior a decisão de proibir a exportação de mercúrio por parte da União Europeia é vista com agrado. “A UE fechou finalmente a porta ao

mercúrio facilmente disponível alcançando países em desenvolvimento, como o Brasil, onde foi descuidadamente usado em exploração artesanal ou de pequena escala de minas de ouro, acabando quase todo por ir parar ao ambiente, contaminando peixes e pessoas”, diz Zuleica Nycz, da Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes (ACPO), do Brasil. “Está na hora que outros países sigam este exemplo, para proteger a nossa saúde global e o ambiente, e mover-nos em direcção a um instrumento legal global relativo ao mercúrio.”

Por outro lado, o armazenamento do mercúrio metálico considerado resíduo terá agora lugar, temporária ou permanentemente, em minas de sal subterrâneas e em formações rochosas muito profundas. Excepcionalmente, o armazenamento temporário é ainda possível à superfície. Por sua vez, a deposição permanente de mercúrio líquido no subsolo está dependente dos avanços tecnológicos na transformação do mercúrio líquido para sólido. Espera-se que, uma vez que o processo ambientalmente seguro de solidificação seja disponibilizado, se torne obrigatório que uma substância tão altamente tóxica seja expedida para locais inacessíveis, assegurando uma segurança a longo prazo para as populações e para o ambiente.

Carlos Costa

GEOTA – Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente

* Esta coluna é da responsabilidade do GEOTA. Os artigos nela publicados expressam exclusivamente os pontos de vista do autor, não devendo ser interpretados como reflectindo a posição das Nações Unidas.

ECOSOC web site now available in all 6 UN official languages

English: <http://www.un.org/ecosoc/>

French: <http://www.un.org/french/ecosoc/>

Spanish: <http://www.un.org/spanish/ecosoc/>

Global Model UN, Geneva 2009

<http://www.un.org/gmun/>

United Nations Yearbook Series – Online Version

<http://unyearbook.un.org/>

New disarmament website

<http://www.un.org/disarmament/>

2008 YouthXchange Training Kit UNEP / UNESCO

<http://www.youthxchange.net/main/english-guide.asp>

Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World

http://www.ilo.org/global/About_the_ILO/Media_and_public_information/Press_releases/lang--en/WCMS_098481/index.htm

Tackling a global crisis: International Year of Sanitation 2008

English: http://esa.un.org/iys/docs/IYS_flagship_web_small.pdf

French: http://esa.un.org/iys/docs/flagship_FR.pdf

Spanish: http://esa.un.org/iys/docs/flagship_ES.pdf

New Expert Mechanism on the Rights of Indigenous Peoples

<http://www2.ohchr.org/english/issues/indigenous/ExpertMechanism/index.htm>

Poderá encontrar estas e muitas outras informações úteis no **Boletim da Biblioteca do UNRIC**.

Dia Internacional da Paz comemorado em Portugal pela Fundação Pro Dignitate e o UNRIC



Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Após a abertura da sessão pela Presidente da Fundação, Maria de Jesus Barroso Soares, que ergueu a sua voz a favor da causa da paz, teve lugar a intervenção de fundo, a cargo do Ministro da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira. A Responsável pela Comunicação para Portugal no UNRIC, evocou as mensagens do Secretário-Geral da ONU e do Presidente da Assembleia Geral.

A exemplo dos anos anteriores, o Dia Internacional da Paz foi mais uma vez comemorado pela Fundação Pro Dignitate, em colaboração com o UNRIC, com um evento realizado a 30 de Setembro.

A celebração da data assumiu especial significado em 2008, ano em que se comemoram também os 60 anos das operações de manutenção da paz das Nações Unidas e os 60 anos da

O Coronel Maia Pereira fez uma interessante comunicação sobre as acções desenvolvidas pelas Forças de Manutenção da Paz integradas por tropas portuguesas.

Associação das Nações Unidas – Portugal e UNRIC celebram Dia das Nações Unidas



Na conferência, destinada a assinalar a passagem de mais um aniversário da ratificação da Carta das Nações Unidas, participaram como oradoras a Responsável pela Comunicação para Portugal no UNRIC, Mafalda Tello, e a Dra. Cláudia Pedra, Consultora de Direitos Humanos. O Professor Marcos Farias Ferreira foi o Moderador.

A Associação das Nações Unidas – Portugal (ANUP) e o UNRIC organizaram uma conferência subordinada ao tema “60 anos de direitos humanos e desenvolvimento”, que decorreu na tarde do dia 23 de Outubro, nas instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), em Lisboa.

A iniciativa contou ainda com o apoio do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais do ISCSP.

Em Portugal

Conferência UN4U

No âmbito das comemorações do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, do Dia Mundial da ONU (24 de Outubro), e inserida na temática do seu Projecto Educativo (Ventos de Inclusão), a Escola D. Francisco Manuel de Melo – Amadora, está a organizar uma conferência denominada UN4U, aberta à comunidade escolar.

Programa:

10H 00 Recepção dos participantes

10H 05 Boas Vindas

Drª Suzel Vieira, Presidente do Agrupamento de Escolas D. Francisco Manuel de Melo

10H10 “UN4U”

Mafalda Tello – Responsável pela Comunicação para Portugal do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC).

10H30 “Voluntário na ONU”

Dr. Ricardo Silva – AJEC (Associação Juvenil de Estudos e Comunicação)

10H50 “Energia, Educação e Integração – O exemplo de uma escola”

Dr. António Gualdim Rodrigues – Escola D. Francisco Manuel de Melo

11H 05 “INDIE – Um Projecto Feliz – Testemunho de um aluno”

Fábio Carvalho 9º B – Escola D. Francisco Manuel de Melo

11H15 “Os Jovens e o Diálogo Intercultural”

Drª Susana Ramos – Vice-Presidente do Instituto Português da Juventude

11H30 Encerramento

Drª Suzel Vieira

Neste contexto, a Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas D. Francisco Manuel de Melo tem a honra de convidar V. Ex.ª para assistir a esta conferência, que terá lugar no dia 24 de Outubro, pelas 10H00, na sala de Grandes Grupos da Escola D. Francisco Manuel de Melo – Rua Elias Garcia, nº 327, Amadora.

Com os melhores Cumprimentos,

Amadora, 16 de Outubro de 2008

A Presidente do Conselho Executivo

(Suzel Vieira)



Número recorde de quase 117 milhões de pessoas "levantam-se" contra a pobreza



Batendo recordes anteriores, 116 993 629 pessoas em 131 países "levantaram-se", no contexto de uma campanha destinada a pedir aos dirigentes mundiais que cumpram as suas promessas de reduzir para metade a pobreza extrema e de alcançar outros Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. Foram realizados mais de 8000 eventos no mundo inteiro, do Afeganistão e do Burundi à Tailândia e ao Uganda, no âmbito da campanha "Levanta-te e Actua contra a Pobreza", que teve lugar de 17 a 19 de Outubro.

"Estamos muito orgulhosos pelo facto de ter havido uma adesão em massa dos cidadãos aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e à luta contra a pobreza", disse Salil Shetty, Director da Campanha do Milénio das Nações Unidas.

Quase 117 milhões de pessoas – quase 2% da população mundial – participaram em eventos ligados à campanha "Levanta-te e Actua", batendo o recorde Guinness com a maior mobilização social em prol de um tema único. Houve ainda outros 5 milhões de pessoas que participaram em eventos que não foram comunicados antes de terminar o prazo do Guinness.

Salil Shetty disse que as maiores mobilizações se deram na Ásia (mais de 73 milhões de pessoas), seguindo-se a África (mais de 24 milhões) e os Estados árabes (quase 18 milhões). "É inteiramente apropriado que as partes do mundo que têm de viver com a realidade da pobreza no dia-a-dia tenham sido aquelas onde a mobilização foi maior",

disse Salil Shetty.

Em Portugal, a campanha foi promovida pelo Objectivo 2015, Pobreza Zero, Oikos e Desafio Miqueias e contou com a participação de quase 94 mil pessoas que se levantaram contra a pobreza, nas 282 iniciativas que tiveram lugar em todo o país. A adesão em Portugal, desde que a campanha foi lançada, não tem cessado de aumentar: 19 949, em 2006, 65 753, em 2007, e 93 707, em 2008.

93.707
PESSOAS LEVANTARAM-SE CONTRA A POBREZA
OBRIGADO!

Presidência francesa da UE e ONU pedem acção concreta para garantir segurança das mulheres em situações de conflito e pós-conflito

A Presidência francesa da União Europeia (UE) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) exortaram os Estados-membros da União Europeia (UE) a tomarem medidas práticas para impedir a violência sexual contra as mulheres em situações de conflito e pós-conflito.

considerar a violência sexual como uma parte inevitável dos conflitos”, acrescentou. Os trabalhos da Conferência incidiram sobre os meios de reforçar a eficácia das respostas para enfrentar a violência sexual a que as mulheres são sujeitas em situações de conflito e de consolidação da paz.

“Não estamos aqui hoje para mais uma mesa-redonda, para lamentarmos a natureza terrível e sistemática da violência. Hoje, concentramo-nos sobre aquilo que resulta para impedir essa violência e sobre o que é preciso fazer”, declarou a Directora Executiva do UNIFEM, Inés Alberdi, na Conferência sobre o tema “Das Palavras aos Actos”, organizada em colaboração com a Comissão Europeia. “Procuramos respostas concretas que permitam que se deixe de

“A Presidência francesa está determinada a garantir que as resoluções do Conselho de Segurança não sejam pura retórica”, disse a Secretária de Estado francesa responsável pelos direitos humanos, Rama Yade, na abertura da Conferência. “Sinto-me especialmente feliz por anunciar que as recomendações desta Conferência serão tomadas em consideração no actual exame das directivas operacionais da UE”, acrescentou.

A ONU e a UE

<http://www.europa-eu-un.org>

Conference « 60 years of the Universal Declaration of Human Rights: The defenders take the floor»
(7 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8201_en.htm

EU Commission calls for greater role for Europe's local authorities in development action
(8 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8204_en.htm

EU Commission provides €15m for emergency food aid in Horn of Africa
(16 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8228_en.htm

Climate change: projections show EU on track to meet Kyoto emission targets
(16 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8227_en.htm

Poverty Eradication Day: EU Commission warns of impact of financial crisis on poor
(17 de Outubro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8230_en.htm

Em Bruxelas

Equipa da ONU em Bruxelas publica terceiro relatório sobre resultados da parceria ONU- UE



A União Europeia e as Nações Unidas têm um código genético semelhante: partilham a mesma ética de responsabilidade e mergulham os seus alicerces no respeito pelos direitos humanos, pelo estado de direito. A cooperação é o instrumento privilegiado através do qual tentam ajudar a construir uma vida melhor para milhões de pessoas.

Isto faz de ambos parceiros naturais. O terceiro relatório (*Improving Lives*) sobre a parceria entre as Nações Unidas e a União Europeia dá visibilidade a essa relação e à forma como a mesma tem um impacto positivo na vida das pessoas.

Em 2007, as Nações Unidas e a Comissão Europeia trabalharam em conjunto em mais de 100 países por todo o mundo nas áreas do desenvolvimento, assistência humanitária e prevenção e gestão de crises. Os direitos humanos, a sua promoção, garantia e defesa, surgem como o tema transversal a esta parceria e o Relatório

deste ano insere-se também na celebração dos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos.

Dos resultados desta cooperação destacam-se as 48 milhões de pessoas que receberam assistência alimentar; os 50 milhões de metros quadrados de terreno que foram declarados livres de minas, o que tornou possível que 2 milhões de pessoas voltassem a ter acesso a terras aptas para agricultura e a infra-estruturas sociais; os 80 milhões de eleitores que foram recenseados e as eleições livres e justas que se realizaram em 11 países em África, Ásia e América Central; as pessoas cujos sistemas judiciais se tornaram mais independentes, transparentes; os mais vulneráveis dos países onde foram adoptadas leis que protegem os mais pobres; as crianças que puderam ir à escola em países recém-saídos de conflitos, tais como os 6 milhões de crianças iraquianas a quem foram distribuídos 9 milhões de livros; os 400 milhões de crianças que foram imunizados contra a poliomielite; os países cuja capacidade própria de gerir as suas políticas, programas e estratégias de desenvolvimento foram reforçadas pela cooperação entre estas duas organizações; as vidas que foram melhoradas.

É em nome destas vidas e deste melhoramento das mesmas que esta parceria foi forjada e é desenvolvida. É este esforço que este relatório pretende homenagear.

60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – Os Defensores Tomam a Palavra



Unidas para os Direitos Humanos, Navanethem Pillay, ver as caricaturas desenhadas durante o evento e ficar a conhecer algumas iniciativas como projecto *6 Billion Others* e *Blue Cape of Human Rights*.

A conferência, uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e das Nações Unidas, decorreu de 7 a 8 de Outubro, em Bruxelas. Os leitores encontraram o essencial no editorial deste boletim, mas, para aqueles que quiserem ficar a saber mais sobre este evento, renovamos o convite para visitar o sítio

www.DefendersTakeTheFloor.org. Nele poderão encontrar o discurso da Alta-Comissária das Nações



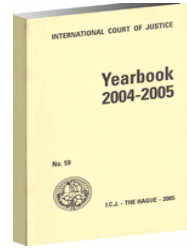
PUBLICAÇÕES – OUTUBRO DE 2008

Achieving the Millennium Development Goals in Africa: Recommendations of the MDG Africa Steering Group - June 2008

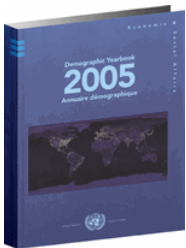
Código de Venda:
08.I.6
ISBN I 3:
9789211011609
Publicado em Outubro de 2008
Disponível em Inglês,
Francês e Espanhol

The United Nations Today (formerly titled "Basic Facts About the UN")

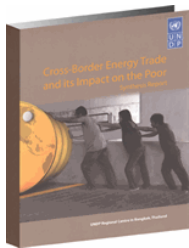
Código de Venda:
08.I.21
ISBN-I 3:
9789211011760
Publicado em Outubro de 2008
Disponível em Inglês

Yearbook of the International Court of Justice 2004-2005

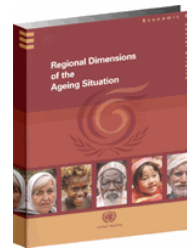
Código de Venda:
ICJ923
ISBN I 3: 9789211700824
Publicado em Outubro de 2008
Disponível em Inglês

Demographic Yearbook 2005

Código de Venda:
08.XIII.I H
ISBN I 3:
97892110510998
Publicado em Outubro de 2008
Disponível em Inglês

Cross-Border Energy Trade and its Impact on the Poor: Synthesis Report

Código de Venda:
08.III.B.18
ISBN I 3:
9789211262230
Publicado em Outubro de 2008
Disponível em Inglês

Regional Dimensions of the Ageing Situation

Código de Venda:
08.IV.1
ISBN I 3: 9789211302639
Publicado em Outubro de 2008
Disponível em Inglês

Poderá encontrar estas e outras publicações na página na internet do Serviço de Publicações das Nações Unidas:

<https://unp.un.org/>

Nova versão do sítio Web dos Centros de Informação da ONU em 130 línguas

O Departamento de Informação Pública (DPI) da ONU lançou uma nova versão do [sítio Web dos Centros de Informação das Nações Unidas](#), a fim de assinalar o Dia das Nações Unidas, celebrado a 24 de Outubro.

O sítio Web serve de portal para a rede de 63 centros de informação em todo o mundo, cujo trabalho está no centro dos esforços da Organização para explicar as suas actividades às pessoas, com frequência na sua própria língua, informou o DPI.

O sítio fornece informações em 130 línguas, incluindo as seis línguas oficiais (inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe), sobre as

actividades e acordos mais importantes, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, disponível em 109 línguas e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, disponíveis em 60 línguas. Apresenta também as actividades e produtos de cada centro.

“O sítio reflecte a contribuição inestimável das Nações Unidas e da sua rede de centros de informação para o Ano Internacional das Línguas, sublinhando a importância de preservar a diversidade linguística”, declarou o Secretário-Geral Adjunto para a Comunicação e Informação, Kiyo Akasaka.

Novembro de 2008

Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Ambiente em Tempo de Guerra e de Conflito Armado
6 de Novembro

Dia Mundial da Diabetes
14 de Novembro

Dia Internacional da Tolerância
16 de Novembro

Dia Mundial de Recordação das Vítimas do Tráfego Rodoviário
16 de Novembro

Dia da Industrialização de África
20 de Novembro

Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres
25 de Novembro

Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino
29 de Novembro

CALENDÁRIO

Directora do Centro:

Afsané Bassir-Pour

Responsável pela publicação:

Ana Mafalda Tello

Redacção:

Emerência Rolo

Natalie Rulloda

Concepção gráfica:

Gregory Cornwell



Rue de la loi /Wetstraat 155
Résidence Palace Bloc C2, 7^{ème} et 8^{ème}
1040 Bruxelles
Belgique

Tel.: + 32 2 788 84 84
Fax: + 32 2 788 84 85

Sítio na internet: www.unric.org
E-mail: portugal@unric.org